

Indústria de bebidas não alcoólicas

Fernando Viana

Engenheiro Civil. Mestre em Engenharia de Produção
Doutor em Administração
Coordenador de Estudos e Pesquisas do ETENE/BNB
fernandoviana@bnb.gov.br

1 INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta informações sobre a indústria de bebidas, especificamente no segmento de bebidas não alcoólicas. O objetivo é que se possa ter um panorama recente do setor no Brasil e no Nordeste, incluindo sua caracterização, desempenho recente e perspectivas, bem como discutir tendências futuras para o setor e seus produtos em nível global.

O trabalho foi executado utilizando-se basicamente dados secundários, acessados em publicações especializadas do setor, as quais constam nas referências. Esta análise contextualiza o cenário de toda a indústria de bebidas não alcoólicas, que engloba o grupo 11.2 (fabricação de bebidas não alcoólicas) da divisão 11 (fabricação de bebidas) da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), incluindo as atividades que compõem as seguintes classes: 11.21-6 (Fabricação de águas envasadas) e 11.22-4 (Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas). Vale ressaltar que alguns dados serão apresentados utilizando a classificação dos produtos mais usuais no mercado mundial de bebidas não alcoólicas, conhecidas mundialmente como soft drinks. Por exemplo, a Euromonitor International utiliza a seguinte classificação para os produtos da indústria de bebidas não alcoólicas:

- Água engarrafada;
- Refrigerantes (*carbonates*);
- Concentrados;
- Sucos;
- Chá pronto para beber (*RDT Tea*);
- Café pronto para beber (*RDT Coffee*);
- Bebidas esportivas e energéticas;
- Bebidas especiais asiáticas.

Ao longo do texto serão feitos comentários específicos sobre os tipos de bebidas não alcoólicas que têm tido algum destaque no mercado brasileiro.

2 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR

A indústria de bebidas constitui um importante setor da indústria de transformação, sendo responsável por 3% do valor da produção da indústria de transformação brasileira em 2014 (IBGE, 2017). Apesar de não ser um

setor intensivo em mão de obra, em termos absolutos, constitui grande empregador, com dezenas de milhares de empregos distribuídos em todo o Brasil. O setor possui ampla distribuição regional da produção, devido às características dos produtos, que têm a água como insumo básico. Esse aspecto faz com que a opção de produzir localmente seja mais racional, pois a redução dos custos logísticos compensa eventuais economias de escala que poderiam ser obtidas com a centralização da produção (Cervieri Júnior et al., 2014). Isso faz com que o setor possua certa ubiquidade e contribua para a dinamização de regiões pouco industrializadas, já que a produção de bebidas demanda fornecimento de insumos, armazenagem, distribuição, comercialização, produção de embalagens, entre outras atividades da cadeia produtiva, algumas das quais necessitam ser realizadas localmente. No Brasil, entre as bebidas não alcoólicas, o refrigerante tem grande destaque, tendo sido responsável por 74% do consumo de bebidas alcoólicas (em volume) do País em 2014 (IBGE, 2017). Em função da sua importância no mercado brasileiro de bebidas não alcoólicas, apresenta-se na Figura 1 a cadeia produtiva do refrigerante.

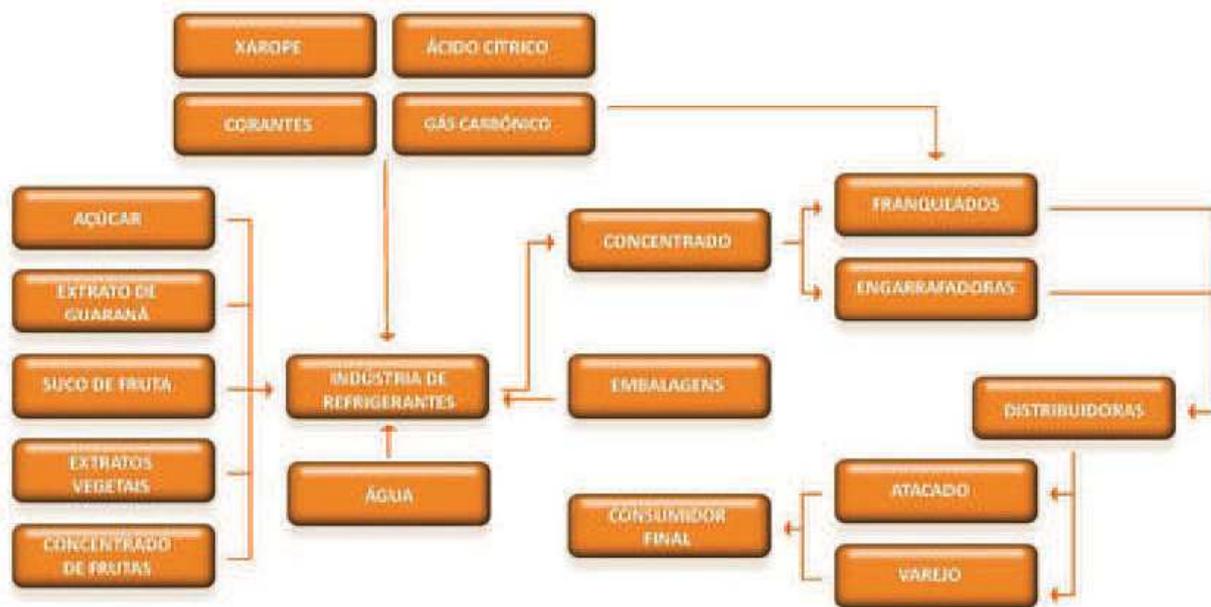
Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Alimentação – ABIA (2017), a indústria de bebidas brasileira faturou, em 2016, R\$ 117,0 bilhões, o que é equivalente a 1,9% do PIB brasileiro (projeção) daquele ano e 4,8% do valor bruto da produção (*Proxy* do PIB) da indústria de transformação.

Em termos mundiais, a indústria de bebidas não alcoólicas também tem importância significativa em diferentes países. Devido à presença de vários fornecedores locais e internacionais e de grandes *players* com atuação global, o mercado é altamente competitivo. De acordo com Euromonitor International (2017a), em 2016 a indústria de bebidas não alcoólicas, em nível mundial, vendeu 726 milhões de litros e faturou US\$ 777 bilhões, com crescimento anual das vendas de 3% (em volume). Para esse setor industrial, 2016 representou um ano de mudanças nas atitudes dos consumidores e a adoção de inovações agressivas por parte das empresas para atender às novas necessidades dos consumidores (Euromonitor International, 2017b). Algumas categorias tradicionais de produtos têm tido um desempenho nebuloso e, em alguns casos, têm desaparecido. A instabilidade na demanda exigirá das empresas produtoras de grandes marcas de bebidas que

repenhem suas estratégias de alcance das necessidades dos consumidores, incluindo o atendimento às necessidades nutricionais. Adicionalmente, essas empresas tam-

bém precisam criar estratégias de crescimento lucrativo frente ao declínio do consumo em algumas áreas e segmentos de consumidores.

Figura 1 – Cadeia Produtiva do Refrigerante



Fonte: Serasa Experian (2017).

As mudanças nas prioridades dos consumidores em nível mundial envolvem, entre outros aspectos:

- Limitação do consumo de açúcar: sendo as bebidas não alcoólicas, notadamente os refrigerantes, uma das principais fontes de açúcar na dieta, os fabricantes desses produtos foram forçados a lidar com a pressão regulatória, as propostas de impostos especiais sobre o consumo e a mudança das atitudes dos consumidores, decorrentes do desejo de reduzir a ingestão de açúcar.
- Preferência por ingredientes autenticamente naturais: a redução de calorias e de açúcar é uma prioridade crescente para os consumidores, assim como a tendência de se evitar o consumo de ingredientes artificiais e o desejo de consumir alimentos e bebidas “naturais”.
- As bebidas não alcoólicas precisam satisfazer a cinco “estados de necessidade”: hidratar, refrescar, saciar, energizar e nutrir.

A Tabela 1 mostra os dez países de maior consumo de bebidas não alcoólicas do mundo em 2016, além da evolução do consumo no período 2011-2016. Os dados da Tabela 1 mostram que o Brasil constituiu o 5º maior mercado de bebidas não alcoólicas em 2016, mas com um consumo bem abaixo dos dois principais mercados, Estados Unidos e China.

Por outro lado, percebe-se que a maior parte dos países que formam a lista dos “dez mais” do mercado de

bebidas não alcoólicas constituem, aparentemente, mercados já maduros, com baixo crescimento nas vendas nos últimos anos. As exceções são China e Indonésia, na Ásia, e Nigéria, na África. Nesse contexto, certamente os grandes produtores mundiais estão buscando fortalecer suas posições nesses países com grande potencial de crescimento do mercado.

Apesar das pressões que têm sofrido por conta das mudanças do padrão de consumo, as grandes multinacionais do setor têm se mantido como empresas líderes de vendas no mercado global de bebidas não alcoólicas, muitas das quais possuem importante presença no mercado brasileiro. As marcas líderes de mercado, em geral, fazem parte do portfólio dessas empresas.

Percebe-se que várias empresas que constam no Quadro 1 possuem forte presença no mercado brasileiro, possuindo diversas plantas industriais de produção de bebidas alcoólicas e não alcoólicas no País. Algumas dessas empresas entraram no mercado brasileiro através de fusões, aquisições e alianças estratégicas com parceiros nacionais, ou até mesmo apenas por meio do licenciamento de marcas. Algumas dessas empresas possuem importantes bases de produção no Nordeste, tais como Coca Cola Company, Pepsi Co, Nestlé e Danone.

Apesar de o mercado brasileiro apresentar algumas particularidades em comparação com os mercados dos países desenvolvidos, bem como manter certa heterogeneidade entre as diferentes regiões do País, entende-se que as empresas que atuam no Brasil devem atentar às tendências observadas no mercado internacional.

Tabela 1 – Países com maior consumo de bebidas não alcoólicas em 2016 e evolução do consumo no período 2011-2016 (em milhões de litros)

Localidade	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Estados Unidos	108.431	109.134	109.713	111.170	11.2510	114.755
China	65.068	69.574	78.826	83.309	85.993	88.185
México	40.938	42.383	42.678	42.889	43.955	45.301
Nigéria	23.485	26.135	29.752	33.350	36.356	38.682
Brasil	24.713	26.148	26.240	27.244	26.888	26.614
Indonésia	17.984	19.349	21.020	22.216	23.557	26.029
Alemanha	23.868	23.798	23.759	23.689	23.718	23.734
Japão	21.529	22.156	22.552	22.279	22.775	22.891
Turquia	14.939	15.260	15.549	16.090	16.594	17.067
Itália	15.036	14.956	14.560	14.548	15.395	15.596
Outros	333.238	341.826	348.988	357.831	366.811	378.417
Mundo	580.799	601.586	623922	643445	662.041	682.516

Fonte: Euromonitor International (2017b).

Quadro 1 – Dez empresas líderes do mercado mundial de bebidas não alcoólicas e principais marcas

Empresa ou Grupo Empresarial	Marcas entre as 10 mais conhecidas	Capital de Origem
The Coca Cola Company	Coca-cola (1), Sprite (3), Fanta (6), Diet Coke (7), Minute Maid (9) e Coca-Cola Zero (10).	Estados Unidos
Pepsi Co. Inc.	Pepsi (2), Gatorade (5)	Estados Unidos
Nestlé SA	-	Suíça
Suntory Holdings Ltd	-	Japão
Dr Pepper Snapple Group Inc	-	Estados Unidos
Groupe Danone	-	França
Red Bull GmbH	Red Bull (4)	Áustria
Monster Beverage Corp	Monster (8)	Estados Unidos
Asahi Group Holdings Ltd	-	Japão
Kirin Holdings Co Ltd	-	Japão

Fonte: Elaboração própria com informações de Euromonitor International (2017b).

3 DESEMPENHO RECENTE

As informações sobre o setor a serem apresentadas foram obtidas a partir de órgãos oficiais, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e do Ministério do Trabalho, bem como em estudos de mercado elaborados por organizações internacionais, tais como a Euromonitor International. Os tópicos seguintes apresentam informações referentes às principais variáveis associadas ao desempenho da indústria de bebidas alcoólicas, considerando os grupos CNAE cobertos pelo presente trabalho.

3.1 Produção e Vendas

Com relação à produção da indústria brasileira, os dados da Pesquisa Industrial Anual Produto (PIA Produto)

do IBGE (2017a), referentes ao período 2005-2014 (último dado disponível) mostram um crescimento consistente na produção da indústria de bebidas não alcoólicas até 2012, seguido de uma queda em 2013 e recuperação em 2014 (Tabela 2). A fabricação de refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas correspondeu, em 2014, a 74,2% do total produzido em milhares de litros, sendo que somente os refrigerantes alcançaram 71,4% do total produzido.

Apesar da grande importância dos refrigerantes no total produzido, durante o período considerado essa importância tem caído, saindo de um pico de 82,5% em 2007, para os 71,4% de 2014. Essa queda é condizente com mudanças nas prioridades dos consumidores destacadas na seção 2.

No que diz respeito às quantidades vendidas, os dados da PIA Produto mostram um cenário (Tabela 3) semelhante ao observado para a produção. Entretanto, a quantidade produzida é sempre maior que a quantidade

vendida ano a ano. Os refrigerantes também se destacam como principais produtos vendidos, chegando ao pico de participação de 83,7% em 2010, mas com tendência de queda, finalizando o período com 73,8% de participação em 2014.

É importante salientar o significativo crescimento das vendas de águas envasadas no Brasil, que atingiu 133% no período analisado de dez anos.

Tabela 2 – Evolução da produção (em milhares de litros) da indústria de bebidas não alcoólicas do Brasil: 2005-2014

CLASSE CNAE	2005	2006	2007	2008	2009
Fabricação de águas envasadas	3.037.864	2.391.306	2.411.234	2.821.734	3.316.339
Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas ⁽¹⁾	10.858.896	11.908.860	13.433.002	14.114.237	14.639.783
Total	13.896.760	14.300.166	15.844.236	16.935.971	17.956.122
CLASSE CNAE	2010	2011	2012	2013	2014
Fabricação de águas envasadas	3.020.404	3.854.840	4.407.539	5.185.374	5.827.877
Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas ⁽¹⁾	17.059.501	1.7053.877	17.995.997	16.445.939	16.785.199
Total	20.079.905	20.908.717	22.403.536	21.631.313	22.613.076

Fonte: IBGE (2017). Elaboração do autor.

Nota: (1) Essa classe possui duas subclasses cuja produção é mensurada em toneladas e que foram desconsideradas do total: 1122.2050 - Preparações em pó para elaboração de bebidas, exceto para fins industriais e; 1122.2060 - Preparações em pó para elaboração de bebidas, para fins industriais.

Tabela 3 – Evolução das vendas (em milhares de litros)¹ da indústria de bebidas não alcoólicas do Brasil: 2005-2014

CLASSE CNAE	2005	2006	2007	2008	2009
Fabricação de águas envasadas	2.121.312	2.136.543	1.990.561	2.051.965	2.557.943
Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas ⁽¹⁾	10.581.043	10.889.054	11.799.038	12.879.947	13.693.410
Total	12.702.355	13.025.597	13.789.599	14.931.912	16.251.353
CLASSE CNAE	2010	2011	2012	2013	2014
Fabricação de águas envasadas	2.583.186	3.378.343	4.295.680	4.003.870	4.948.701
Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas ⁽¹⁾	15.575.614	15.511.645	16.380.917	15.277.480	16.091.657
Total	18.158.800	18.889.988	20.676.597	19.281.350	21.040.358

Fonte: IBGE (2017). Elaboração do autor.

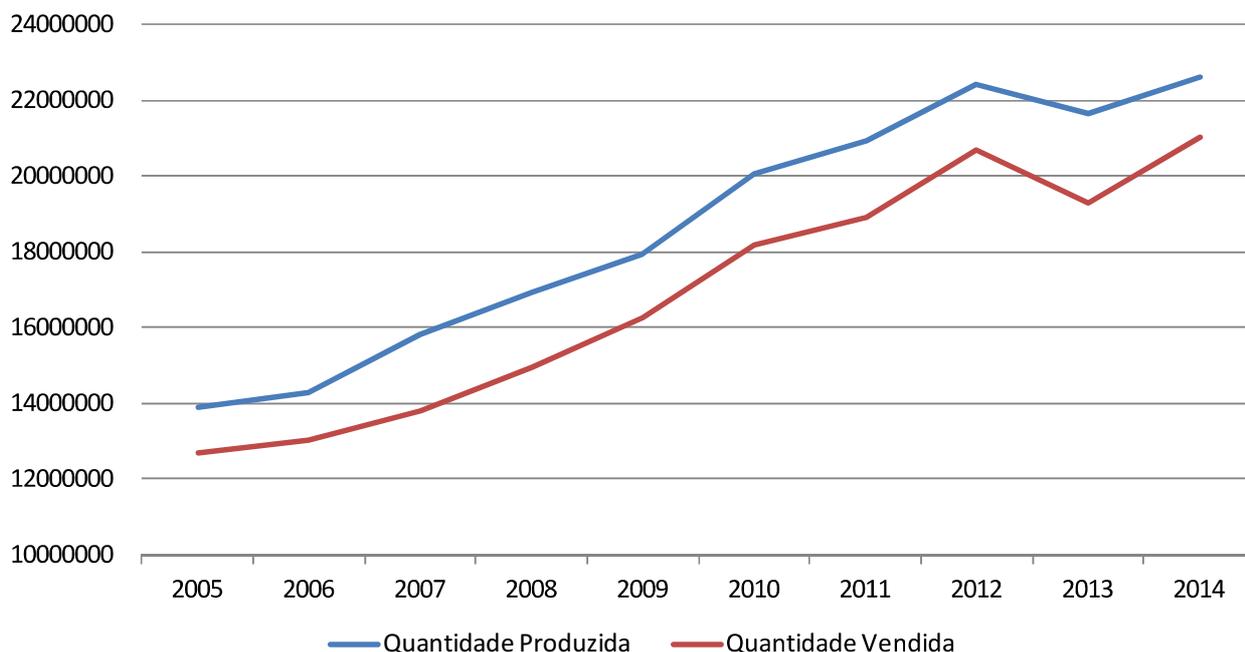
Nota: (1) Essa classe possui duas subclasses cuja produção é mensurada em toneladas e que foram desconsideradas do total: 1122.2050 - Preparações em pó para elaboração de bebidas, exceto para fins industriais e; 1122.2060 - Preparações em pó para elaboração de bebidas, para fins industriais.

O Gráfico 1 apresenta simultaneamente o comportamento da produção e das vendas de bebidas não alcoólicas no Brasil entre 2005 e 2014.

Vale ressaltar que os dados apresentados anteriormente da PIA-Produto contemplam apenas a produção e as vendas de unidades produtivas localizadas no Brasil, ou seja, da indústria para o varejo, não considerando os fluxos de importação, exportação e o consumo de eventuais estoques. Logo, para se ter uma ideia do consumo de bebidas não alcoólicas, é necessário computar as vendas no varejo (*off trade*) e em bares e restaurantes (*on trade*). A Euromonitor International (2017c) possui dados de vendas de bebidas não alcoólicas no Brasil no período 2011-2016, por tipo de bebida, os quais são apresentados na Tabela 4.

Os números da Tabela 4 mostram uma participação de 53% dos refrigerantes no mercado brasileiro de bebidas não alcoólicas em 2016, com forte viés de queda, tendo em vista que essa participação era de 65% em 2011. No mercado mundial os refrigerantes têm apresentado uma queda ainda maior de importância no volume total comercializado de bebidas não alcoólicas, representando 30,7% do total vendido, em volume, tendo sido superados pelas águas engarrafadas, bebida com maior volume de vendas no mercado mundial, equivalente a 48,4% do total (Euromonitor International, 2017b).

Gráfico 1 – Evolução da produção e vendas de produtos da indústria de bebidas não alcoólicas do Brasil, em milhares de litros: 2005-2014



Fonte: IBGE (2017). Elaboração do autor.

Tabela 4 – Vendas de bebidas não alcoólicas no Brasil por categoria (em milhões de litros): 2011-2016

Tipos de Bebidas	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Água engarrafada	6.534	7.129	7.458	8.411	9.179	9.642
Refrigerante	16.061	16.714	16.261	16.023	14.888	14.105
Concentrados	258	243	230	227	230	232
Sucos	1.549	1.714	1.913	2.181	2.210	2.265
Chá pronto para beber (RDT Tea)	114	121	128	139	131	127
Café pronto para beber (RDT Coffee)	0	1	3	3	3	4
Bebidas esportivas e energéticas	196	228	247	260	248	240
Total	24.713	26.149	26.240	27.244	26.888	26.615

Fonte: Euromonitor International (2017c).

Em termos de dinâmica do mercado, de acordo com a Euromonitor International (2017c), pelo fato de que os sinais de recuperação da economia brasileira vêm sendo postergados, somado à crescente taxa de desemprego e os altos índices de endividamento dos consumidores, as decisões de compra relacionadas a bebidas não alcoólicas têm sido crescentemente racionais. Os consumidores locais tentam manter os mesmos níveis de compra de períodos recentes, mas a racionalidade agora desempenha um papel importante em termos de negociação para baixo, na busca de produtos mais baratos, bem como um maior interesse em incorporar novos canais de distribuição em suas rotinas, como, por exemplo, os chamados “atacarejo”. Este canal, no qual os consumidores podem adquirir quantidades mais elevadas de suas marcas preferidas a preços mais baixos, constitui uma alternativa interessante aos supermercados e hipermercados. As operadoras des-

se tipo de loja têm investido na expansão da sua gama de marcas e produtos oferecidos, ao mesmo tempo em que redesenharam as suas lojas para oferecer aos consumidores uma experiência de compra mais amigável.

Tendo em vista o movimento observado na mudança do consumo para outros tipos de produtos, o que reflete a queda da participação do consumo de refrigerantes no total de bebidas não alcoólicas, tanto em nível nacional, e principalmente em nível mundial, muitos dos principais *players* do setor no Brasil têm adotado uma estratégia de diversificação do portfólio de produtos, para atender às mais diversas necessidades dos consumidores. No entanto, ao invés de iniciar operações em categorias desconhecidas, nas quais possuem baixa especialização, as grandes empresas têm investido na aquisição de empresas emergentes. Em 2016, por exemplo, a Companhia Brasileira de Bebidas (AMBEV) adquiriu a “Incrível Comércio de Bebi-

das e Alimentos Ltda.” (Sucos do Bem), fabricante de suco 100% natural, néctares, chá pronto para beber e água de coco, ampliando, assim, seu portfólio com uma marca cada vez mais forte. Por meio dessa estratégia de diversificação via aquisições, as empresas têm sido mais cautelosas em lançar novos produtos, tendo em vista a situação econômica desfavorável vivenciada atualmente pelo País.

Para uma melhor compreensão do comportamento da demanda total por bebidas não alcoólicas, é essencial a avaliação do comércio internacional desses produtos. Em linhas gerais, os números são incipientes e não mostram tendências consistentes, tendo em vista haver grande variabilidade no período analisado.

No que diz respeito às exportações, há grande variação ao longo do período, com momentos de forte aumento e outros de queda relevante nos valores exportados, conforme mostra a Tabela 5. As exportações de água

mineral, que poderia ser um nicho interessante para o Brasil, não ocorrem, estando toda a exportação de bebidas não alcoólicas fortemente ancorada nos refrigerantes. O pico em termos de valores exportados ocorreu em 2009 (US\$ 3,6 milhões), enquanto que em 2007 praticamente não se exportou bebidas não alcoólicas a partir do Brasil. Destacam-se, também, as fortes quedas ocorridas nos últimos dois anos, especialmente em 2016 (menos de 25% do valor exportado em 2014).

As importações apresentaram um comportamento semelhante em termos de variabilidade, sendo ainda mais incipientes que as exportações (Tabela 6). Destacam-se os anos de 2010 e 2016 em termos de valores exportados, sendo que, no caso do último ano, é importante que se observe se haverá uma tendência de crescimento das importações nos próximos anos, o que é pouco provável.

Tabela 5 – Exportações brasileiras de bebidas não alcoólicas (US\$ FOB): 2007-2016

Classes CNAE	2007	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Fabricação de águas envasadas	0	0	25	0	0	0	0
Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas	55.847	733.722	1.510.356	1.134.909	2.083.407	1.418.572	507.755
Total	55.847	733.722	1.510.381	1.134.909	2.083.407	1.418.572	507.755

Fonte: MDIC (2017). Elaboração do BNB/ETENE.

Tabela 6 – Importações brasileiras de bebidas não alcoólicas (US\$ FOB): 2007-2016

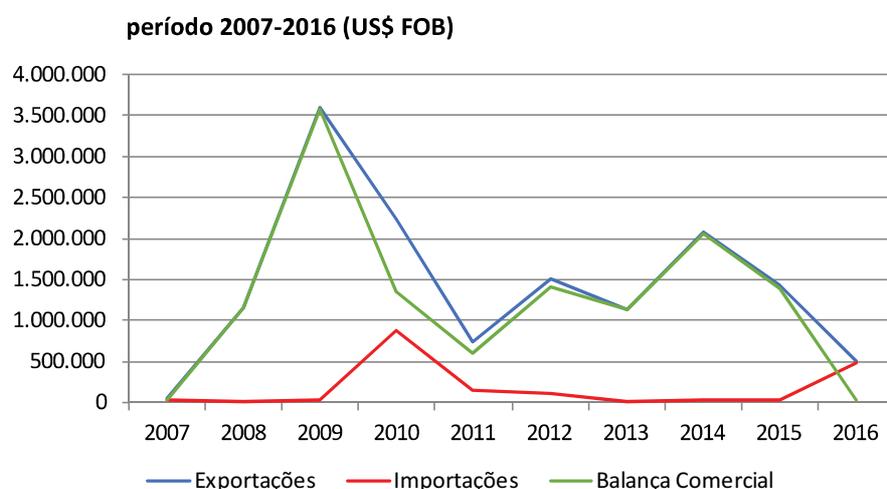
Classes CNAE	2007	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Fabricação de águas envasadas	0	0	0	0	6.595	2.048	0
Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas	18.630	140.302	98.743	5.201	16.628	19.455	483.425
Total	18.630	140.302	98.743	5.201	23.223	21.503	483.425

Fonte: MDIC (2017). Elaboração do BNB/ETENE.

Os dados referentes ao comércio exterior mostram que a balança comercial da indústria de bebidas alcoólicas

brasileira tem sido amplamente superavitária no período analisado, conforme mostra o Gráfico 2. Entretanto, por não se perceber um padrão nos dados, não é possível estimar o que deve ocorrer no futuro próximo.

Gráfico 2 – Balança comercial da indústria brasileira de bebidas não alcoólicas no



Fonte: MDIC (2017). Elaboração do autor.

3.2 Emprego e Capacidade Instalada

Nos últimos dois anos, a economia brasileira vem passando por um momento difícil, no qual se somam fatores tais como diminuição das vendas na maior parte dos setores, inflação acima da meta, juros altos, aumento do desemprego, entre outras questões que se refletem numa forte retração da atividade econômica.

Na indústria de bebidas não alcoólicas do Brasil, os números relativos ao emprego mostram um crescimento consistente durante todo o período analisado (2006-2015), conforme os dados da Tabela 7, mostrando que, pelo menos em relação a essa variável (emprego), a crise econômica atual não tem impactado o setor, embora os dados de 2016 ainda não estejam disponíveis. Com isso, o crescimento acumulado do emprego no setor, entre 2006

e 2015, foi de 58,3% no Brasil e 67,1% no Nordeste, ou seja, o crescimento do Nordeste foi maior do que crescimento nacional. Como destaque em termos de crescimento têm-se os estados de Sergipe (348,3%), Piauí (134,8%) e do Mato Grosso do Sul (130,1%), todos eles estados com quantidade de empregos relativamente pequena, especialmente no início do período (2006). Esse grande crescimento no emprego em estados que historicamente possuem pequena quantidade de emprego no setor, em regiões como Nordeste e Centro Oeste, podem sinalizar uma descentralização maior da produção. É importante ressaltar que, com exceção da Paraíba, os demais estados do Nordeste registraram crescimento da produção acima de 40% no período.

Tabela 7 – Evolução do emprego na indústria de bebidas

não alcoólicas no período 2006-2015: Brasil, Nordeste e UF

Estado	2006	2011	2012	2013	2014	2015
Acre	373	529	491	563	573	539
Alagoas	1.376	2.026	2.036	1.914	507	1.958
Amapá	421	444	403	337	456	448
Amazonas	1.812	1.727	2.233	2.539	2.483	2.425
Bahia	2.756	3.950	3.829	4.685	4.713	4.546
Ceará	2.910	4.120	4.107	5.438	5.007	4.661
Distrito Federal	1.208	2.242	1.948	2.194	2.228	2.201
Espírito Santo	929	1.121	1.152	1.241	1.323	1.301
Goiás	2.494	3.687	3.258	3.870	3.910	3.882
Maranhão	867	1.593	1.522	1.799	1.785	1.719
Mato Grosso	1.418	1.944	1.932	2.105	1.760	1.679
Mato Grosso do Sul	732	925	865	898	1.083	1.684
Minas Gerais	4.124	5.142	5.896	5.950	8.283	8.461
Pará	2.005	2.015	2.193	2.112	2.031	2.050
Paraíba	1.101	1.248	1.267	1.492	1.510	1.371
Paraná	2.478	4.109	3.911	3.683	3.584	4.078
Pernambuco	3.102	4.391	4.289	5.315	5.103	4.698
Piauí	566	1.226	1.185	1.338	1.356	1.329
Rio de Janeiro	5.420	6.872	7.154	7.860	7.627	9.281
Rio Grande do Norte	841	1.521	1.421	1.956	1.661	1.548
Rio Grande do Sul	3.774	4.668	5.328	5.541	5.347	5.031
Rondônia	910	1.178	1.244	1.163	1.217	1.180
Roraima	207	120	239	104	119	115
Santa Catarina	1.442	1.659	2.497	1.781	1.770	1.789
São Paulo	11.695	16.527	16.268	14.395	15.131	18.427
Sergipe	269	1.104	924	514	498	1.206
Tocantins	178	128	219	78	82	102
Região Nordeste	13.788	21.179	20.580	24.451	22.140	23.036
Brasil	55.408	76.216	77.811	80.865	81.147	87.709

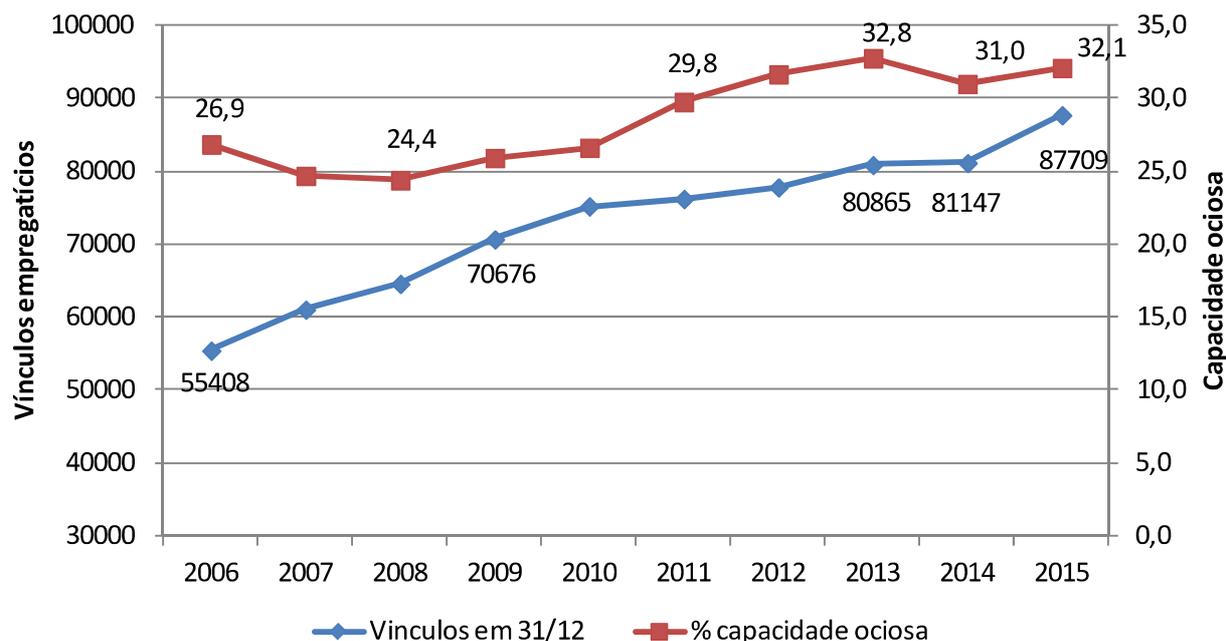
Fonte: MTE/RAIS (2017). Elaboração do ETENE/BNB

Mesmo com o crescimento observado para o emprego em todo o período analisado, a capacidade ociosa do setor de bebidas em geral tem mantido uma trajetória de crescimento, com alguns momentos de queda, variando de um mínimo de 24,4% em 2008 a um máximo de 32,8% em 2013, conforme pode ser observado no Gráfico 3.

O índice de utilização da capacidade produtiva do setor, que variou de 67,2% a 75,6%, está abaixo da média

da indústria de transformação, o que indica que a indústria de bebidas tem operado com sobrecapacidade ao longo dos últimos anos, o que pode ser considerado um indicador de que não deverá haver grandes investimentos em ampliação da capacidade por parte das empresas do setor, especialmente nos segmentos mais tradicionais. Possíveis investimentos devem ser direcionados para adaptações relacionadas a mudanças no mix de produtos e na diferenciação, bem como para aquisições.

Gráfico 3 – Desempenho recente do número de empregos e capacidade ociosa¹ da indústria brasileira de bebidas não alcoólicas: 2006 a 2015



Fonte: MTE/RAIS (2017) e CNI (2017). Elaboração do autor.

Nota: (1) A capacidade ociosa informada considera toda a indústria de bebidas, inclusive de bebidas alcoólicas.

4 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA PRODUÇÃO

Conforme supracitado, a indústria de bebidas não alcoólicas constitui grande empregador, com dezenas de milhares de empregos distribuídos em todo o Brasil. O setor possui ampla distribuição regional da produção, devido às características dos produtos, que têm a água como insumo básico. Em 2015, a indústria de bebidas não alcoólicas concentrava 1,2% dos empregos da indústria de transformação do Brasil e 2,3% dos empregos da indústria de transformação do Nordeste. Logo, a indústria de bebidas não alcoólicas tem maior importância para a geração de empregos no Nordeste do que no Brasil.

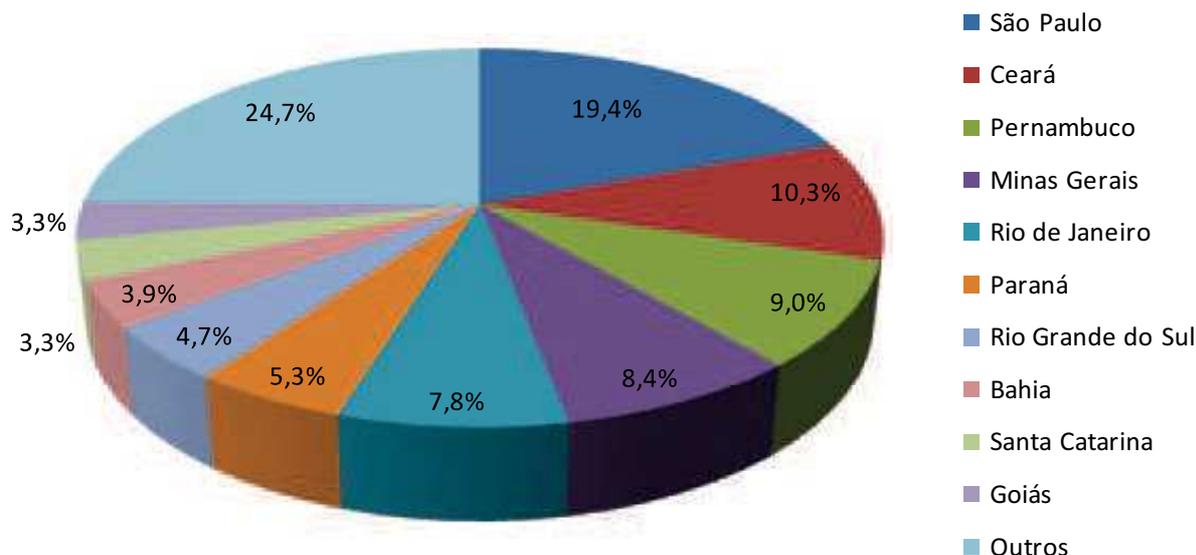
Apesar de haver a citada distribuição regional da produção, com a presença de unidades produtivas em todos os estados brasileiros, percebe-se que, em nível regional (grandes regiões), há uma concentração da produção nos estados mais populosos (Gráfico 4). A partir das plantas industriais localizadas nesses estados, há uma distribuição dos produtos para os demais estados da mesma região.

As exceções entre os dez estados mais populosos

na lista dos dez estados com maior número de estabelecimentos da indústria de bebidas não alcoólicas são o Maranhão e o Pará. Santa Catarina (11º estado mais populoso) e Goiás (12º estado mais populoso) fazem parte da lista, o primeiro possivelmente por conta da disponibilidade de água de melhor qualidade, e o segundo por conta de sua importância logística para o abastecimento do mercado da Região Centro-Oeste.

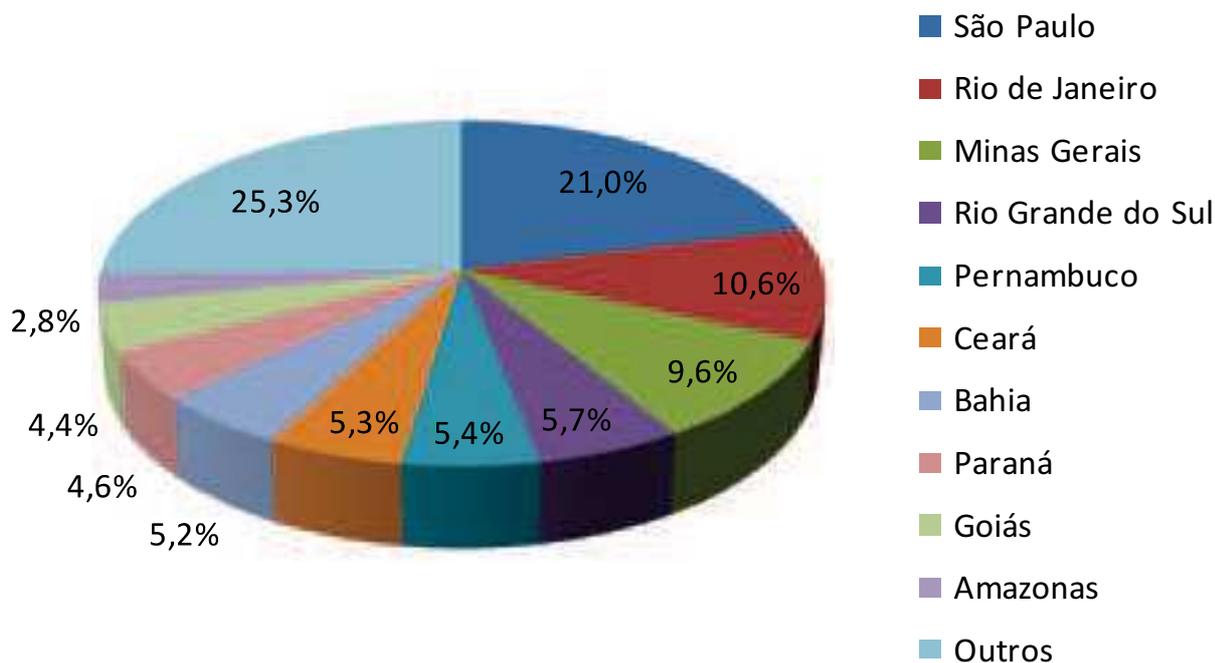
No caso dos empregos, a lógica é praticamente a mesma observada para o número de estabelecimentos, com exceção da saída de Santa Catarina e entrada do Amazonas na relação dos dez estados com maior número de vínculos empregatícios em 2015 (Gráfico 5). O nível de concentração de empresas e empregos nos dez estados com maiores quantidades de estabelecimentos e vínculos é praticamente a mesma, em torno de 75%. No caso do Amazonas, salienta-se que é o estado no qual está localizada a única planta produtiva da empresa austríaca Red Bull GmbH no Brasil.

Gráfico 4 – Distribuição geográfica (%) das empresas brasileiras da indústria de bebidas não alcoólicas em 2015



Fonte: MTE/RAIS (2017). Elaboração do ETENE/BNB.

Gráfico 5 – Distribuição geográfica (%) dos empregos na indústria de bebidas não alcoólicas brasileira em 2015



Fonte: MTE/RAIS (2017). Elaboração do ETENE/BNB.

Uma alteração importante nas listas de estados com maiores quantidades de estabelecimentos e vínculos na indústria de bebidas não alcoólicas é a presença do Ceará e de Pernambuco como 2º e 3º lugares, respectivamente, na lista do número de estabelecimentos. Isso denota a predominância de empresas de menor porte nesses estados, embora em ambos existam empresas de origem local de maior porte (Indaiá, no Ceará, e Frevo,

em Pernambuco), que possuem destaque regional e até nacional, oferecendo produtos de diferentes segmentos, como água mineral, refrigerantes e sucos.

Em termos de evolução das quantidades de empresas (Tabela 8), alguns estados apresentaram mudanças significativas de representatividade, tanto positivamente (Ceará, Pernambuco e Amazonas), como negativamente (Mato Grosso do Sul, Roraima e Sergipe).

O interessante é que, ao mesmo tempo em que Sergipe destacou-se negativamente no que diz respeito à evolução do número de estabelecimentos da indústria de bebidas não alcoólicas, destaca-se positivamente em relação à evolução do número de vínculos empregatícios

Tabela 8 – Distribuição geográfica (%) das empresas brasileiras da indústria de bebidas não alcoólicas: 2006 a 2015

Estado	2006	2012	2013	2014	2015
Acre	0,9%	0,8%	1,0%	1,0%	0,8%
Alagoas	2,2%	2,0%	1,8%	1,8%	1,9%
Amapá	0,2%	0,3%	0,4%	0,3%	0,3%
Amazonas	1,4%	1,9%	2,2%	2,1%	2,1%
Bahia	5,6%	4,1%	3,7%	3,9%	3,9%
Ceará	3,8%	6,5%	7,8%	8,9%	10,3%
Distrito Federal	1,2%	0,9%	1,0%	1,0%	1,0%
Espírito Santo	1,6%	1,7%	1,7%	1,5%	1,8%
Goiás	3,5%	3,4%	3,1%	3,3%	3,3%
Maranhão	1,4%	1,4%	1,7%	1,7%	2,0%
Mato Grosso	2,7%	2,5%	1,9%	2,6%	2,0%
Mato Grosso do Sul	1,8%	1,2%	1,2%	0,9%	1,0%
Minas Gerais	8,4%	9,5%	10,0%	9,1%	8,4%
Pará	3,4%	3,1%	3,4%	3,4%	3,1%
Paraíba	1,7%	1,3%	1,5%	1,4%	1,4%
Paraná	5,9%	5,7%	5,6%	5,4%	5,3%
Pernambuco	5,4%	8,3%	7,9%	8,4%	9,0%
Piauí	1,5%	1,3%	1,4%	1,3%	1,3%
Rio de Janeiro	7,9%	8,3%	7,9%	8,2%	7,8%
Rio Grande do Norte	3,0%	2,8%	2,7%	3,2%	2,6%
Rio Grande do Sul	6,1%	5,0%	5,6%	4,9%	4,7%
Rondônia	1,0%	1,5%	1,7%	1,6%	1,6%
Roraima	0,4%	0,3%	0,2%	0,2%	0,3%
Santa Catarina	4,3%	4,1%	3,6%	3,6%	3,3%
São Paulo	22,3%	20,3%	19,7%	18,6%	19,4%
Sergipe	1,4%	1,1%	0,8%	0,9%	0,7%
Tocantins	0,9%	0,6%	0,5%	0,7%	0,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE/RAIS (2017). Elaboração do ETENE/BNB.

A indústria de bebidas não alcoólicas do Nordeste concentra 33,2% dos estabelecimentos e 26,3% dos empregos. O percentual de empregos menor do que o percentual de estabelecimentos indica a predominância de empresas de menor porte na indústria de bebidas não alcoólicas nordestina.

5 PERSPECTIVAS

Nas previsões disponíveis sobre o comportamento do mercado mundial de bebidas não alcoólicas (*soft drinks*) para os próximos anos predomina a visão de que

no setor, conforme apresenta a Tabela 9. Mato Grosso do Sul e Piauí também tiveram destaque positivo no aumento da representatividade em termos de número de vínculos no setor.

Tabela 9 – Distribuição geográfica (%) dos empregos da indústria de bebidas não alcoólicas por UF: 2006 a 2015

Estado	2006	2012	2013	2014	2015
Acre	0,7%	0,6%	0,7%	0,7%	0,6%
Alagoas	2,5%	2,6%	2,4%	0,6%	2,2%
Amapá	0,8%	0,5%	0,4%	0,6%	0,5%
Amazonas	3,3%	2,9%	3,1%	3,1%	2,8%
Bahia	5,0%	4,9%	5,8%	5,8%	5,2%
Ceará	5,3%	5,3%	6,7%	6,2%	5,3%
Distrito Federal	2,2%	2,5%	2,7%	2,7%	2,5%
Espírito Santo	1,7%	1,5%	1,5%	1,6%	1,5%
Goiás	4,5%	4,2%	4,8%	4,8%	4,4%
Maranhão	1,6%	2,0%	2,2%	2,2%	2,0%
Mato Grosso	2,6%	2,5%	2,6%	2,2%	1,9%
Mato Grosso do Sul	1,3%	1,1%	1,1%	1,3%	1,9%
Minas Gerais	7,4%	7,6%	7,4%	10,2%	9,6%
Pará	3,6%	2,8%	2,6%	2,5%	2,3%
Paraíba	2,0%	1,6%	1,8%	1,9%	1,6%
Paraná	4,5%	5,0%	4,6%	4,4%	4,6%
Pernambuco	5,6%	5,5%	6,6%	6,3%	5,4%
Piauí	1,0%	1,5%	1,7%	1,7%	1,5%
Rio de Janeiro	9,8%	9,2%	9,7%	9,4%	10,6%
Rio Grande do Norte	1,5%	1,8%	2,4%	2,0%	1,8%
Rio Grande do Sul	6,8%	6,8%	6,9%	6,6%	5,7%
Rondônia	1,6%	1,6%	1,4%	1,5%	1,3%
Roraima	0,4%	0,3%	0,1%	0,1%	0,1%
Santa Catarina	2,6%	3,2%	2,2%	2,2%	2,0%
São Paulo	21,1%	20,9%	17,8%	18,6%	21,0%
Sergipe	0,5%	1,2%	0,6%	0,6%	1,4%
Tocantins	0,3%	0,3%	0,1%	0,1%	0,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE/RAIS (2016). Elaboração do ETENE/BNB.

o crescimento será moderado, em torno de 3% ao ano até 2021 (Euromonitor International, 2017a). Os principais tipos de bebidas que influenciarão o crescimento deste mercado são aquelas cujo consumo traz uma ideia de comodidade e/ou estão associadas com ingredientes naturais e benéficos à saúde. Nesse sentido, as bebidas esportivas e energéticas, os RDTs, sucos naturais e, especialmente, água de coco (considerada uma bebida *super premium*), têm tido desempenho superior de vendas em nível mundial (Euromonitor International, 2017b).

Os dados das tabelas 10 e 11 mostram as previsões de evolução do consumo de bebidas não alcoólicas nos

dez principais mercados, bem como o agregado mundial, nos próximos cinco anos.

Tabela 10 – Consumo previsto de bebidas não alcoólicas nos dez principais mercados mundiais (em milhões de litros): 2017 a 2021

Localidade	2017	2018	2019	2020	2021
EUA	116.052	117.205	117.906	118.543	118.870
China	90.839	93.811	97.145	100.710	104.383
Nigéria	41.481	44.775	48.131	51.422	54.493
México	46.616	47.940	49.297	50.684	52.113
Indonésia	28.882	31.192	33.521	35.893	38.349
Brasil	26.741	27.181	27.729	28.370	29.090
Índia	15.564	17.895	20.610	23.774	27.477
Alemanha	23.751	23.731	23.710	23.681	23.638
Japão	22.956	22.988	23.055	23.146	23.250
Turquia	17.511	17.929	18.359	18.769	19.170
Outros	273.771	282.999	292.487	302.064	312.188
Mundo	704.163	727.645	751.949	777.054	803.020

Fonte: Euromonitor International (2017).

Tabela 11 – Crescimento anual (%) previsto do consumo de bebidas não alcoólicas nos dez principais mercados mundiais: 2017 a 2021

Localidade	2017	2018	2019	2020	2021
EUA	1,1%	1,0%	0,6%	0,5%	0,3%
China	3,0%	3,3%	3,6%	3,7%	3,6%
Nigéria	7,2%	7,9%	7,5%	6,8%	6,0%
México	2,9%	2,8%	2,8%	2,8%	2,8%
Indonésia	11,0%	8,0%	7,5%	7,1%	6,8%
Brasil	0,5%	1,6%	2,0%	2,3%	2,5%
Índia	14,7%	15,0%	15,2%	15,3%	15,6%
Alemanha	0,1%	-0,1%	-0,1%	-0,1%	-0,2%
Japão	0,3%	0,1%	0,3%	0,4%	0,4%
Turquia	2,6%	2,4%	2,4%	2,2%	2,1%
Mundo	3,2%	3,4%	3,4%	3,3%	3,4%

Fonte: Euromonitor International (2017). Elaboração do ETENE/BNB.

Conforme já comentado na seção 2, percebe-se a existência, entre os dez maiores mercados de bebidas não alcoólicas, mercados já maduros, com previsão de baixo crescimento nas vendas nos próximos anos, a exemplo dos EUA, Alemanha e Japão. Por outro lado, países asiáticos (China, Indonésia e Índia) e da África (Nigéria), apresentam tendência de crescimento acima da média mundial, o que deve levar os grandes produtores mundiais a fortalecer suas posições nesses países com grande potencial de crescimento do mercado. Por fim, percebe-se também que países como México, Brasil e Turquia, apesar de não apresentarem taxas de segmentos significativas, continuarão tendo destaque em termos de consumo de bebidas não alcoólicas.

O mercado brasileiro, que apresentou queda de

consumo em 2015 e 2016, mostra uma tendência de recuperação nos anos seguintes, mas com taxa de crescimento abaixo da média mundial, com destaque para o crescimento mais significativo das águas engarrafadas e dos sucos (Tabelas 12 e 13).

Tabela 12 – Consumo previsto de bebidas não alcoólicas no Brasil por tipo (em milhares de litros): 2017 a 2021

Tipos de Bebidas	2016	2017	2018	2019	2020
Água engarrafada	10.114	10.586	11.041	11.496	11.962
Refrigerante	13.701	13.585	13.596	13.697	13.864
Concentrados	236	240	244	248	252
Sucos	2.328	2.402	2.477	2.552	2.628
Chá pronto para beber (RDT Tea)	127	128	131	135	139
Café pronto para beber (RDT Coffee)	4	4	4	4	4
Bebidas esportivas e energéticas	236	235	236	238	241
Total	26.745	27.181	27.729	28.370	29.090

Fonte: Euromonitor International (2017d).

Tabela 13 – Crescimento anual (%) previsto do consumo de bebidas não alcoólicas no Brasil por tipo: 2017 a 2021

Tipos de Bebidas	2016	2017	2018	2019	2020
Água engarrafada	4,9%	4,7%	4,3%	4,1%	4,1%
Refrigerante	-2,9%	-0,8%	0,1%	0,7%	1,2%
Concentrados	1,5%	1,9%	1,7%	1,6%	1,5%
Sucos	2,8%	3,2%	3,1%	3,0%	3,0%
Chá pronto para beber (RDT Tea)	-0,1%	1,3%	2,3%	2,7%	3,0%
Café pronto para beber (RDT Coffee)	2,9%	5,6%	2,6%	2,6%	0,0%
Bebidas esportivas e energéticas	-2,0%	-0,3%	0,3%	1,0%	1,4%
Total	0,5%	1,6%	2,0%	2,3%	2,5%

Fonte: Euromonitor International (2017d). Elaboração do ETENE/BNB.

Considerando o comportamento recente do mercado brasileiro, Euromonitor International (2017c) destaca algumas tendências relacionadas ao mercado brasileiro de bebidas não alcoólicas, as quais são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Tendências-chave do mercado brasileiro de bebidas não alcoólicas

Tendência	Principais Argumentos	Perspectiva
Concentrados continuam a conquistar novas parcelas no mercado consumidor.	Os brasileiros foram forçados a buscar alternativas atraentes para manter seu consumo de bebidas não alcoólicas e, nesse sentido, os concentrados, líquidos ou em pó, oferecem uma solução interessante através de preços unitários mais baixos. Investimentos recentes em novos lançamentos e no enriquecimento de produtos existentes têm mudado o estigma de que são produtos de baixa qualidade, já que estes produtos começam a oferecer benefícios similares aos dos RTD.	Enquanto a expansão de tipos e sabores reflete cada vez mais a direção que os RTD têm adotado (chá gelado, suco fortificado/funcional e bebidas energéticas), as principais tendências que afetam estas categorias podem também ser aplicadas aos concentrados. A busca por tamanhos e tipos de embalagens convenientes para o consumo em movimento (<i>on-the-go</i>), benefícios funcionais e características saudáveis, bem como opções de sabor inovadoras, podem ser incorporadas em concentrados, capitalizando o interesse dos consumidores.
Os nichos de mercado continuam a oferecer oportunidades para que os <i>players</i> emergentes se consolidem.	As bebidas não alcoólicas no Brasil possuem um mercado altamente fragmentado, com pequenos players regionais, que tiveram uma participação de 33% no mercado <i>off-trade</i> em 2016, geralmente ofertando produtos que concorrem em preço. Entretanto, em categorias como água de coco e sucos 100% naturais, por exemplo, houve entrada relevante de <i>players</i> pequenos e regionais, oferecendo produtos <i>Premium</i> , tendo como foco o nicho do mercado de consumidores de maior renda. Muitos desses players entraram no mercado sem um sistema consolidado de produção e distribuição - o que resultou na retirada de alguns com menos de um ano de presença -, mas, ao mesmo tempo, alguns fabricantes alcançaram participação relevante, competindo diretamente com grandes empresas.	Apesar da situação econômica desfavorável, existem categorias com um potencial consistente não só para aumentar a sua penetração, mas também para acrescentar valor específico nos próximos anos. Sucos, RTDs e bebidas energéticas são ótimos exemplos. Marcas como Do Bem, Obrigado, Beba Rio, Natural One, entre outros, não só entraram no mercado durante o período de revisão, mas também rapidamente ganharam participação. A maioria deles não tem capacidade de produção suficiente para atender todas as regiões do País, embora isso não pareça causar dificuldades, já que os brasileiros tendem a perceber marcas com pouca disponibilidade como sendo mais <i>Premium</i> , quando comparada com aquelas que são produzidas em massa. É importante, no entanto, que, caso esses <i>players</i> optem por expandir suas operações para áreas mais amplas no País, permaneçam fiéis ao seu posicionamento.
Lojas do tipo Atacarejo consolidam-se como canal de distribuição de bebidas não alcoólicas e mudam a forma como os consumidores compram.	Enquanto, há poucos anos, a classe média foi capaz de incorporar novas categorias em suas compras básicas, a tendência agora se inverteu, havendo maior racionalidade e foco em produtos essenciais. Nesse sentido, os canais de distribuição que são capazes de oferecer aos consumidores melhores descontos têm consolidado suas posições dentro do varejo brasileiro. Em 2016, os atacarejos representam uma participação de 5% nas vendas <i>off-trade</i> para quase todas as categorias de bebidas não alcoólicas, enquanto para os refrigerantes, água engarrafada e suco, essa participação pode representar até 11%.	Para absorver essa crescente demanda nas lojas tipo atacarejo no Brasil, os varejistas estão investindo na expansão de sua gama de tipos de produtos e marcas oferecidas aos consumidores. Além disso, algumas cadeias têm também reprojetoado suas lojas para oferecer aos consumidores uma experiência de compra mais confortável, algo semelhante ao que pode ser encontrado em supermercados ou hipermercados.

Fonte: Adaptado de Euromonitor International (2017c).

Essas tendências apresentadas devem ser consideradas quando da análise de pertinência e viabilidade de novos investimentos do setor de bebidas não alcoólicas no Nordeste.

Apesar da característica do setor de possuir ampla distribuição regional da produção, devido às características dos produtos, que têm a água como insumo básico, o que torna a opção de produzir localmente mais racional, para a Região Nordeste, isso pode se configurar como um fator crítico, tendo em vista a carência de água em boa parte do território nordestino, notadamente após períodos de estiagem prolongada, tais como os vivenciados nos últimos anos.

Considerando-se o exposto, entende-se que eventuais financiamentos devem estar relacionados a projetos que envolvam a fabricação de produtos que atenderão a nichos específicos de mercado, e que estejam alinhados aos direcionadores destacados no Quadro 2, como por exemplo, a produção de água de coco engarrafada, ou RTDs. Outra possibilidade é o financiamento à modernização de processos produtivos, especialmente aquelas que impliquem a racionalização do consumo de insumos, tais como água e energia.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO. **Números do setor – Faturamento**. Disponível em <http://www.abia.org.br/vsn/anexos/faturamento2016.pdf> Acesso em 21 Mar. 2017.
- CERVIERI JÚNIOR, O.; TEIXEIRA JUNIOR, J. R.; GALINARI, R.; RAWET, E. L.; SILVEIRA, C. T. J. O setor de bebidas no Brasil. **BNDDES Setorial**, n. 40, p. 93-130, 2014.
- EUROMONITOR INTERNATIONAL. **Soft Drinks in 2017: new insights and system refresher**. London: Euromonitor International, 2017a.
- EUROMONITOR INTERNATIONAL. **Soft Drinks 2017: key insights**. London: Euromonitor International, 2017b.
- EUROMONITOR INTERNATIONAL. **Soft Drinks in Brazil: industry overview**. London: Euromonitor International, 2017c.
- EUROMONITOR INTERNATIONAL. **Statistics**. Disponível em <https://www.portal.euromonitor.com/portal/statistics/tab> Acesso em 04 Mai. 2017d.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa industrial anual – PIA Produto**. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=22&i=P&c=5806> Acesso em 20 Fev. 2017.
- MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS – MDIC. **AliceWeb**. Disponível em <http://aliceweb>.

mdic.gov.br/ Acesso em 06 Mar. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO – MTE. **Relação anual de informações sociais.** Disponível em <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php> Acesso em 03 Mar. 2017.

SERASA EXPERIAN. **Setorise Refrigerantes e Cervejas Abril 2015.** Disponível em <http://d001www06/ambestudospesqaval/analisessetoriais/docs/setorise/brasil/Cervejas%20e%20Refrigerantes.pdf> Acesso em 09 Fev. 2017 (Acesso Restrito).

Análise das contas regionais 2010 - 2014

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Economista. Mestre em Administração de Empresas

Francisca Crísia Diniz Alves

Graduanda em Economia e Estagiária do BNB/ETENE

1 INTRODUÇÃO

Este informe analisa as contas regionais 2010 - 2014 divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. As contas regionais do Brasil foram revisadas adotando o ano de 2010 como referência, estando em conformidade com o novo manual System of National Accounts 2008, SNA 2008¹.

O Produto Interno Bruto do Brasil (PIB), em 2014, foi de R\$ 5,78 trilhões, contra R\$ 5,32 trilhões em 2013. Os cinco maiores estados, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, concentravam 64,9% do PIB nacional. O PIB do Rio Grande do Sul em 2014 voltou a ser a quarta economia nacional, posição que tinha perdido para o Paraná em 2013.

Os cinco menores PIBs brasileiros são de estados da região Norte, seguidos por seis estados do Nordeste. Em contrapartida, olhando a variação do PIB no período, observa-se que essas regiões menos desenvolvidas, Norte e Nordeste, cresceram acima da média nacional (9,7%). A Região Norte e o Centro-Oeste foram as que mais cresceram 16,5% e 16,3%, respectivamente, seguidas pelo Nordeste, 13,6%, pelas regiões Sul, 10,2% e Sudeste, 6,9%.

Além dessa breve introdução e da posterior conclusão, o documento subdivide-se em três seções, buscando avaliar o desempenho econômico no período e mantendo o foco, em alguns momentos, na comparação de 2014 em relação a 2013.

Na primeira seção, estuda-se o desempenho do PIB dos estados brasileiros no ano de 2014, analisando a evolução do grau de concentração da produção entre as regiões, bem como a geração de riqueza pelos Estados a partir de um indicador de produtividade desenvolvido pelo Etene. Na segunda seção, avalia-se o PIB *per capita* dos estados em 2014 e, na terceira seção, buscou-se detalhar o desempenho dos setores econômicos no PIB das regiões e nas unidades federativas do Nordeste.

A análise dos resultados das contas regionais

permite que se avalie o desempenho recente da economia brasileira, das regiões e estados, identificando-se ainda os setores mais dinâmicos do País e do Nordeste. Os resultados obtidos permitem também que se verifique a persistência das disparidades espaciais de renda *per capita* no Brasil. As informações e dados gerados no presente informe oferecem valiosos subsídios para a formulação de políticas regionais de desenvolvimento.

2 DESEMPENHO DO PIB

A economia brasileira viveu um ciclo de crescimento econômico no período de 2010 a 2013, no valor acumulado de 9,2%. O Produto Interno Bruto - PIB a preços de mercado acumulado no ano de 2013, apresentou crescimento de 10,6% em relação ao ano de 2012. Observa-se que no mesmo período, o incremento anual real médio foi de 2,96%. Em 2014 começa a inversão do ciclo, em que o PIB a preços de mercado de 2014 cresceu 8,4% em relação ao ano de 2013, e apenas 0,5% em termos reais. No período 2010-2014, o incremento real médio foi de 2,3%. No período em questão ainda se refletia uma situação em que os largos superávits das contas externas, que além dos preços das *commodities* também sentiam os efeitos benéficos do humor externo favorável às economias emergentes. A partir de 2013, os preços das *commodities* começaram a desabar no mercado internacional e os termos de troca deixam de ser favoráveis ao País. Associado a isso, políticas expansionistas foram adotadas – indução ao aumento do crédito, redução das taxas de juros e crescimento do gasto público – e tudo isto não arrefeceu o começo do ciclo recessivo a partir de 2014. O período posterior que estamos a viver, 2015 – 2017, apresenta uma aguda crise, em que a atividade econômica deve cair em torno dos 6,6%.

Em 2014, a decomposição dos componentes do PIB pela ótica da renda no Brasil², foi de 43,5% na remuneração do trabalho, 41,6% no excedente operacional bruto (rendimento do capital) e rendimento misto (renda obtida por autônomos e empregadores) e 14,9% em impostos totais. O valor adicionado bruto (VAB) representava 86,0% do PIB. Na região Nordeste, a remuneração do trabalho tem peso maior que nas demais. A Região é a

1 A atualização de uma série de Contas Regionais, usualmente referida como mudança de referência, é, normalmente, compreendida como a atualização dos pesos das atividades econômicas adotados no cálculo do PIB dos estados e de seus componentes a preços constantes de um determinado ano. Quando se realiza a chamada “mudança de referência” incorpora-se, também, nova classificação de bens e serviços, novas fontes de dados, e resultados de pesquisas realizadas, visando ao estabelecimento de marcos estruturais que serão referências para os próximos anos.

2 O PIB pela ótica da renda foi divulgado pela primeira vez para todos os estados para o período 2010-2013.

que tem o menor peso do excedente operacional bruto e do rendimento misto no PIB pela ótica da renda em 2014, 40,0%. O estado de Pernambuco é o que tem maior peso dos impostos no PIB renda, 14,9%, acima da Bahia e semelhante à região Sul, revelando que tem uma indústria de transformação importante (A participação da indústria de transformação do Ceará no VAB é igual à de

Pernambuco. A geração de mais tributos por Pernambuco deve estar ligada a um menor índice de subsídios fiscais.). Em contrapartida, Pernambuco é a segunda menor participação do excedente operacional bruto e do rendimento misto, superando apenas a Paraíba. A Tabela 1 apresenta o PIB pela ótica da renda.

Tabela 1 - Participação dos Componentes do PIB - Ótica da Renda - % - 2014

Estados/Regiões	PIB pela ótica da produção		Componentes do valor adicionado		
	Valor adicionado	Impostos sobre o produto	Remuneração	Outros Impostos sem produção	EOB e RM
Brasil	86,0	14,0	43,5	1,0	41,6
Centro-Oeste	88,3	11,7	45,1	0,6	42,5
Sul	86,0	14,0	42,3	0,8	42,9
Sudeste	84,9	15,1	42,6	1,2	41,2
Norte	88,5	11,5	44,2	0,7	43,6
Nordeste	88,1	11,9	47,3	0,7	40,0
Alagoas	90,9	9,1	50,1	0,6	40,2
Bahia	87,6	12,4	46,1	0,8	40,7
Ceará	87,9	12,1	47,3	0,7	39,9
Maranhão	89,2	10,8	42,9	0,4	45,9
Paraíba	88,8	11,2	51,6	0,7	36,5
Pernambuco	85,9	14,1	47,4	0,8	37,7
Piauí	90,1	9,9	49,6	0,4	40,1
Rio Grande do Norte	89,3	10,7	49,1	0,8	39,4
Sergipe	89,8	10,2	49,7	0,6	39,5

Fonte: IBGE (2016). Elaboração dos autores.

Nota: EOB - Excedente Operacional Bruto; RM - Rendimento Misto.

O crescimento do PIB nacional, no período 2010-2014, foi corroborado pela expansão econômica em todas as regiões do País – Norte (16,5%), Centro-Oeste (16,3%), Nordeste (13,6%), Sul (10,2%) e Sudeste (6,9%) – destacando os estados de Mato Grosso (26,7%), Tocantins (24,3%), Maranhão (21,9%), Piauí (20,3%) e Mato Grosso do Sul (19,9%), que tiveram as melhores taxas em suas respectivas regiões. Os estados do Nordeste que apresentaram os menores resultados foram Sergipe (7,9%), Bahia (8,9%), e Alagoas (12,3%). Cabe salientar que as variações do PIB em 2014, como nos anos anteriores, têm uma dispersão razoável dentro das regiões. No Norte, por exemplo, enquanto Tocantins cresceu 6,2%, o estado do Amazonas cresceu apenas 0,2%. No Sudeste, observa-se a mesma coisa, o Espírito Santo crescendo 3,3% e São Paulo reduzindo sua atividade econômica em -1,4%. A região Nordeste tem a segunda menor dispersão (coeficiente de variação de 0,6), só sendo superada pelo Centro-Oeste (coeficiente de variação de 0,5).

Entre 2010 e 2014, Mato Grosso foi o estado com o maior alta acumulada do PIB (26,7%). No mesmo período, 21 unidades da federação cresceram mais que o Brasil (9,7%), aí incluídos todos os estados das regiões Norte e Centro-Oeste. O Minas Gerais teve o pior resultado (5,6%), sendo que todos os estados da região Sudeste,

à exceção do Espírito Santo, ficaram abaixo da média nacional. Já em 2014, ano em que o PIB brasileiro cresceu apenas 0,5%, também 21 estados tiveram desempenhos acima da média nacional. A maior elevação ocorreu no estado de Tocantins (6,2%), cujo resultado foi influenciado pelo bom desempenho da agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita, comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, além da atividade de construção, especialmente das culturas de soja, arroz e milho. O pior resultado ficou com o Paraná (-1,5%).

Em 2014, o PIB do Paraná (R\$ 348,08 bilhões) voltou a ser a quinta economia do País, dado que em 2013 tinha ultrapassado o Rio Grande do Sul. Este voltou a ser a quarta economia (R\$ 357,82 bilhões), posição que ocupava até 2012. O Rio Grande do Sul manteve a participação no PIB nacional, que tinha em 2010, 6,2%. No mesmo período, São Paulo deixou de contribuir com 1,1 ponto percentual (p.p.), passando de 33,3% para 32,2%. Mesmo assim, o Estado ainda representa cerca de um terço da economia nacional. Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul participam com 32,7% em 2014, um ganho de 0,1 p.p. em relação a 2010. Os outros 1,0 p.p. perdidos por São Paulo ficaram com os 22 estados restantes.

A evolução da série encadeada do volume do PIB,

observada na tabela 2, pode ser representada pelo gráfico 1, a seguir, mostrando a trajetória ascendente de todas as regiões do Brasil no período, com destaque para as Regiões Norte e Centro-Oeste que tiveram a maior taxa de crescimento do País.

No Nordeste merecem destaques os estados do Maranhão (21,9%), Piauí (20,3%), Paraíba (19,7%), Ceará (15,6%) e Pernambuco (13,9%), que cresceram acima da média regional. Cabe observar que a Região, em sua totalidade, também evoluiu acima da média nacional, apesar do crescimento abaixo da média nacional da economia baiana (8,9%), e de sergipana (7,9%). A Bahia, que tem grande peso na composição produtiva do

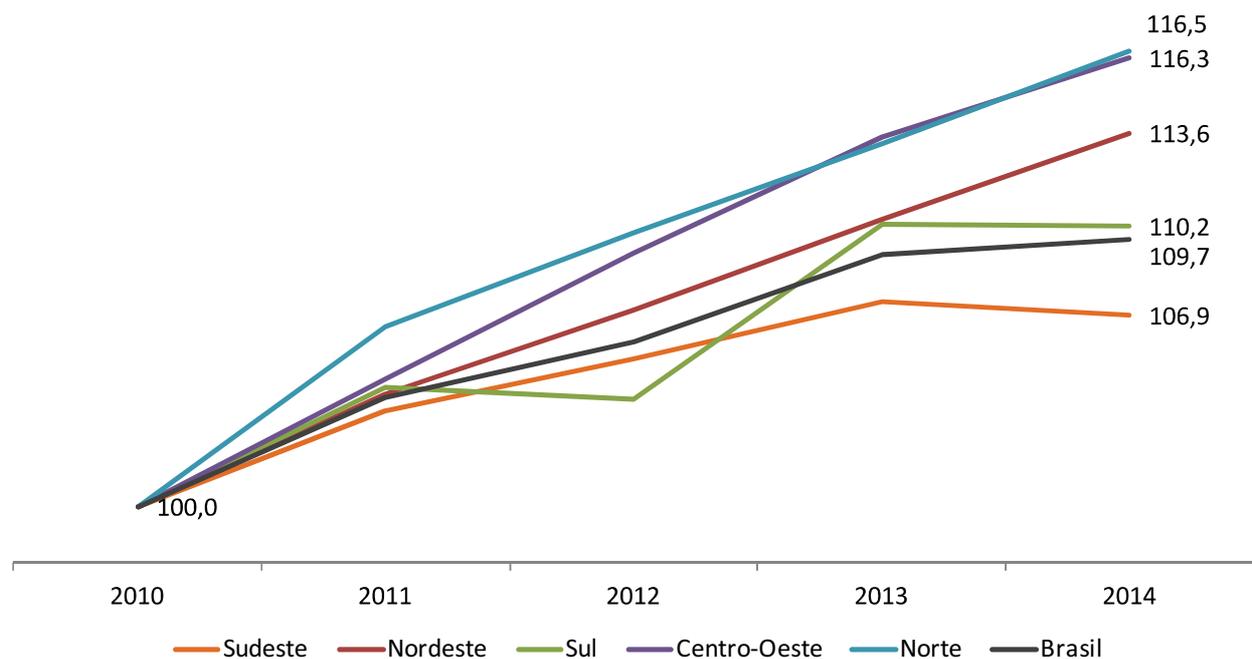
Nordeste, representava 28,0% da economia nordestina em 2014, teve em 2011 e 2013 crescimentos abaixo da média nacional, e isto puxou a média 2010-2014. Ocorre que em 2014 a Bahia esteve acima da média nacional. O setor de serviços, que representa 72,2% de seu valor adicionado bruto neste ano, progrediu 2,2%, com relação a 2013. Associado a este fato, observou-se relevante alta no valor adicionado bruto da agropecuária, 16,1% e um retrocesso na indústria, -3,2%. Cabe salientar que o desenvolvimento da Região é fortemente influenciado pelo desempenho do setor de serviços, que tem participação média de 73,3% na composição produtiva nordestina.

Tabela 2 - Variação do PIB: 2010 - 2014 (%)

Regiões/Estados	2011	2012	2013	2014	2010-2014
Brasil	4,0	1,9	3,0	0,5	9,7
Norte	6,5	3,2	2,9	3,0	16,5
Rondônia	5,2	3,3	0,8	3,7	13,7
Acre	4,3	6,2	2,3	4,4	18,2
Amazonas	10,4	1,4	4,4	0,2	17,0
Roraima	3,2	4,8	5,5	2,5	17,0
Pará	4,4	3,2	2,5	4,1	14,9
Amapá	3,6	9,2	3,4	1,7	19,0
Tocantins	8,8	5,2	2,2	6,2	24,3
Nordeste	4,1	3,0	3,1	2,8	13,6
Maranhão	6,5	4,3	5,6	3,9	21,9
Piauí	5,2	6,1	2,3	5,3	20,3
Ceará	3,9	1,6	5,1	4,2	15,6
Rio Grande do Norte	5,4	0,6	4,5	1,6	12,5
Paraíba	5,7	4,1	5,8	2,9	19,7
Pernambuco	4,5	3,9	2,9	1,9	13,9
Alagoas	4,7	2,0	0,4	4,8	12,3
Sergipe	4,8	1,5	1,0	0,4	7,9
Bahia	2,1	3,0	1,3	2,3	8,9
Sudeste	3,5	1,8	2,0	-0,5	6,9
Minas Gerais	2,5	3,3	0,5	-0,7	5,6
Espírito Santo	7,4	-0,7	-0,1	3,3	10,1
Rio de Janeiro	2,6	2,0	1,3	1,5	7,7
São Paulo	3,8	1,5	2,8	-1,4	6,8
Sul	4,3	-0,4	6,1	-0,1	10,2
Paraná	4,6	0,0	5,5	-1,5	8,7
Santa Catarina	3,5	1,7	3,5	2,4	11,5
Rio Grande do Sul	4,6	-2,1	8,5	-0,3	10,8
Centro-Oeste	4,6	4,4	3,9	2,5	16,3
Mato Grosso do Sul	3,4	6,0	6,6	2,6	19,9
Mato Grosso	5,7	11,0	3,5	4,4	26,7
Goiás	5,8	4,5	3,1	1,9	16,2
Distrito Federal	3,7	0,8	3,7	2,0	10,5

Fonte: IBGE (2016). Elaboração dos autores.

Gráfico 1 – Série Encadeada do Volume do PIB



Fonte: IBGE (2016). Elaboração dos autores.

No ano de 2014, alguns estados nordestinos que se destacaram na evolução do PIB, não são os mesmos com índices relevantes no período 2010-2014. O Piauí, por exemplo, foi o estado que mais cresceu em 2014, 5,3%, e ficou em segundo lugar no período 2010-2014, 20,3%. Alagoas, que ficou na segunda posição em termos de crescimento da atividade produtiva em 2014, ficou na sétima colocação no período 2010-2014.

Em 2014, no Piauí, a agropecuária representava 9,1% do valor adicionado bruto do Estado, a indústria, 11,9% e o setor de serviços, 78,9%. Na agropecuária, destacou-se a agricultura, inclusive apoiada pela agricultura e a pós-colheita, com alta de 74,4%, a pecuária, 9,6% e a produção florestal, pesca e aqüicultura em 14,7%. O valor adicionado bruto da indústria e do setor de serviços cresceu muito abaixo da média do Estado, 1,5% e 1,8%, respectivamente. Na indústria, apesar da evolução na indústria de transformação, 4,3%, que tem importante participação no valor adicionado bruto do setor, a atividade mais relevante, construção civil, 62,8% de participação no setor, cresceu apenas 1,4%. No setor de serviços, o destaque negativo ficou para a administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social, -3,1%, que é a atividade mais importante do setor, 40,3%. Em Alagoas, a agropecuária representa 12,6% do valor adicionado bruto, quando a média regional é 7,0%. A indústria, 17,2% e os serviços 70,2%. O setor relevante no crescimento do valor adicionado bruto do Estado foi a agropecuária (27,6%), quanto a indústria e o setor de serviços avançaram em 2,2% e 1,9%, respectivamente. Na agropecuária sobressaíram-se a agricultura, 17,6%, que representava 80,1% do setor, e a produção florestal, pesca e aqüicultura que, apesar de ter a menor participação do setor, 9,5%, teve um crescimento extraordinário em 2014,

1.238,3%.

A agropecuária também teve grande influência na taxa de crescimento do valor adicionado bruto de 2014 do Ceará, com avanço de 19,2%. Assim como no estado de Alagoas, a agricultura cresceu em 2014 28,4%, seguida pela produção florestal, pesca e aqüicultura, 11,7%. Os resultados da indústria cearense permaneceram aos níveis de 2013, com ténue crescimento de apenas 0,4%. O principal fator para isto foi a redução de -2,8% na indústria de transformação, que tem a maior participação do setor, 49,2%. Mesmo com a atividade de construção crescendo à taxa de 3,5% (participação de 36,8% no setor) não conseguiu reverter o processo de queda da indústria de transformação. O setor de serviços cresceu 3,7%, próximo a média da variação do valor adicionado bruto do estado, 3,8%. Os destaques são a atividade de comércio, 6,4% (participação de 21,6% no setor) e atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares, 5,0% (participação de 9,8% no setor). O destaque negativo é o pequeno desempenho em administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social, 0,6%, que têm peso relevante no setor, 29,8%.

Já no Maranhão, a agropecuária e a indústria são os destaques, compensando o baixo crescimento do valor adicionado bruto do setor de serviços. A agropecuária sofreu acréscimo em 2014 de 9,6%, com destaque para a agricultura, 14,1% (participação de 64,0% no setor). O único destaque negativo na indústria foi a construção, -0,2% (participação de 42,9% no setor). Em contrapartida, indústria extrativa, indústria de transformação e eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos e descontaminação, cresceram 35,8%, 8,1% e 7,7%, respectivamente. Os resultados relevantes no

setor de serviços vêm do comércio, 5,1% (participação de 22,75% no setor) e alojamento e alimentação, 5,6% (participação de 3,7% no setor). Os destaques negativos são da administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social e atividades imobiliárias, -2,7% e 1,6%, respectivamente. Estas duas atividades detêm 49,2% de participação no setor.

Os estados com menor desempenho no PIB e Valor Adicionado Bruto em 2014, foram Sergipe e Rio Grande do Norte, com 0,4% e 1,6% de crescimento no PIB e 0,6 e 1,1 no Valor Adicionado Bruto, respectivamente. Em Sergipe os destaques negativos foram a indústria e a agropecuária, com resultados de -5,7% e -2,6%, respectivamente. Na indústria, o único resultado positivo foi em indústria extrativa, 3,8% (participação de 32,8% no setor). As principais involuções ficaram com a indústria de transformação, -20,7% (participação de 22,85% no setor) e eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos e descontaminação, -9,0% (participação de 10,3% no setor). A agricultura e a pecuária registraram

decréscimos de -4,3% e -0,3%, respectivamente. No setor de serviços destaca-se a atividade de comércio, que cresceu 4,95 e que tem participação relativa de 18,3%. No Rio Grande do Norte, o desempenho do valor adicionado bruto foi de apenas 1,1%, ficando abaixo da média regional, 2,5%, apresentando resultados negativos na indústria extrativa, -5,0%, indústria de transformação, -1,6% e construção, -3,2%, que representam 92,2% do setor industrial. Contribuiu ainda para o baixo crescimento do valor adicionado bruto do Estado, a redução de -0,6% em administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social, que representam 36,8% do setor de serviços.

A participação das regiões no Produto Interno Bruto do Brasil é mostrada na Tabela 3. De 2010 a 2014, três Grandes Regiões ganharam participação: Nordeste e Sul avançaram 0,5, e o Centro-Oeste avançou 0,3 ponto percentual; a região Norte manteve sua participação (5,3%), enquanto que o Sudeste teve uma queda na contribuição para o PIB de 1,2 p.p.

Tabela 3 – Produto Interno Bruto, participação por Região

Regiões/Estados	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	5,3	5,5	5,4	5,5	5,3
Nordeste	13,5	13,3	13,6	13,6	13,9
Maranhão	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3
Piauí	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7
Ceará	2,0	2,0	2,0	2,0	2,2
Rio Grande do Norte	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9
Paraíba	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9
Pernambuco	2,5	2,5	2,7	2,6	2,7
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Sergipe	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6
Bahia	4,0	3,8	3,8	3,8	3,9
Sudeste	56,1	56,1	55,9	55,3	54,9
Sul	16,0	15,9	15,9	16,5	16,4
Centro-Oeste	9,1	9,1	9,2	9,1	9,4

Fonte: IBGE (2015). Elaboração dos autores.

O Sudeste, em relação a 2010, reduziu 1,2% sua participação no PIB. A perda da Região se deveu às reduções das participações dos estados de São Paulo, -1,2% e Minas Gerais, -0,1%. O Rio de Janeiro apresentou ganho de 0,1%, enquanto que o Espírito Santo ficou estável no período, 2,2% de participação. No caso de São Paulo, o Estado perdeu participação a cada ano de 2010 a 2013, acompanhando a perda de participação da indústria de transformação. A fração do Estado em 2014 era a mesma de 2013, 32,2%.

Com participação de 16,4% do Produto Interno Brasileiro em 2014, a Região Sul evoluiu em nível de participação no PIB de 2010, 16,0%. Isso porque Paraná e Santa Catarina cresceram 0,2% cada. O Rio Grande do Sul

manteve a participação, 6,2%.

A região Centro-Oeste ganhou participação em função dos resultados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com ganhos de 0,3% e 0,2%, respectivamente. O Distrito Federal perdeu 0,3%, enquanto que Goiás 1%.

A região Norte permaneceu com sua participação de 5,3% no PIB brasileiro. Destaque para o Estado do Tocantins que ganha 0,1%, compensando a perda de 0,1% do estado do Amazonas.

Na região Nordeste o grande destaque foi Pernambuco, com ganho de 0,2% no período. Destaques, também, para Maranhão, Piauí, Ceará e Paraíba, aumento de 0,1% cada em relação a 2010. No sentido contrário, a Bahia perdeu 0,1% de participação, e foi o estado com a

segunda menor variação do PIB no período, 8,9, ganhando apenas de Sergipe, 7,9%.

As participações relativas no PIB e na população brasileira para os estados e regiões brasileiras são apresentadas na Tabela 4. Por sua vez, os dados apresentados na coluna 4 da referida tabela podem ser utilizados como uma “proxy” para um indicador de produtividade regional/estadual. O indicador relaciona as seguintes variáveis:

$$\frac{(\text{PIB do Estado} / \text{PIB do Brasil})}{(\text{População do Estado} / \text{População do Brasil})}$$

Quando o indicador é maior que um, sinaliza que a participação do PIB estadual, em termos de PIB brasileiro, é maior que a participação da população estadual no total da população do Brasil. Ou seja, a riqueza gerada por habitante, em termos estaduais, é maior que a riqueza gerada por habitante na totalidade do País. Nesse caso, deduz-se que o Estado tem maior produtividade quando comparado com a média do Brasil. Por outro lado, quando o indicador é menor do que uma unidade, conclui-se que a produtividade estadual é menor em comparação com a produtividade média da nação.

O que se pode depreender dos resultados é que as

regiões Norte e Nordeste têm indicadores muito baixos, em comparação com as outras regiões, indicando uma precária geração de riqueza por habitante ou, dito de outra forma, uma incidência maior do número de habitantes vivendo em condições de pobreza, não observadas nas outras regiões. A região Nordeste fica em último lugar. Seu nível de produtividade, quer dizer, sua geração de riqueza por habitante é apenas 38,4% da riqueza gerada por habitante da região Sudeste e 50,2% da média nacional. Entre os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, apenas Minas Gerais e Goiás têm o indicador menor que um (0,9), mas, mesmo assim, maior que qualquer estado do Nordeste.

É importante salientar que, dentre os estados com indicador menor que a unidade, o contingente populacional rural ainda é bastante significativo, especialmente nos estados do Nordeste. Nesta região, a participação da população rural, 26,3%, é muito superior à média nacional, 14,9%. Cabe ainda salientar que os estados nordestinos, com menor valor no indicador (0,4), são os que têm a maior participação da população rural. Nos estados do Nordeste, a agricultura familiar é relevante, e trabalha com culturas tradicionais e de subsistência, o que contribui para uma menor geração de renda monetária por habitante.

Tabela 4 – Participação percentual dos Estados e Regiões no PIB e população (2014)

Estados	PIB (A)	População (B)	(A)/(B)	População Rural (%)
Brasil	100,0	100,0	1,0	14,9
Norte	5,3	8,5	0,6	24,1
Rondônia	0,6	0,9	0,7	23,7
Acre	0,2	0,4	0,6	25,9
Amazonas	1,5	1,9	0,8	16,3
Roraima	0,2	0,2	0,7	16,8
Pará	2,2	4,0	0,5	29,9
Amapá	0,2	0,4	0,6	10,4
Tocantins	0,5	0,7	0,6	21,5
Nordeste	13,9	27,7	0,5	26,3
Maranhão	1,3	3,4	0,4	40,8
Piauí	0,7	1,6	0,4	32,5
Ceará	2,2	4,4	0,5	26,5
Rio Grande do Norte	0,9	1,7	0,6	23,5
Paraíba	0,9	1,9	0,5	18,4
Pernambuco	2,7	4,6	0,6	18,9
Alagoas	0,7	1,6	0,4	28,3
Sergipe	0,6	1,1	0,6	28,1
Bahia	3,9	7,5	0,5	24,9
Sudeste	54,9	42,0	1,3	6,8
Minas Gerais	8,9	10,2	0,9	15,4
Espírito Santo	2,2	1,9	1,2	15,5
Rio de Janeiro	11,6	8,1	1,4	2,7
São Paulo	32,2	21,7	1,5	3,4
Sul	16,4	14,3	1,1	14,3
Paraná	6,0	5,5	1,1	12,5
Santa Catarina	4,2	3,3	1,3	15,9
Rio Grande do Sul	6,2	5,5	1,1	15,0
Centro-Oeste	9,4	7,5	1,3	9,7
Mato Grosso do Sul	1,4	1,3	1,1	10,8
Mato Grosso	1,8	1,6	1,1	17,2
Goiás	2,9	3,2	0,9	7,8
Distrito Federal	3,4	1,4	2,4	4,4

Fonte: IBGE (2015). Elaboração: os autores.

Nota: (1) A população foi estimada para 1º de julho de 2014, segundo os municípios, enviada ao TCU em 31/10/2014 (IBGE). A participação da população rural foi extraída da PNAD, 2014 (IBGE).

3 DESEMPENHO DO PIB *Per capita*

No período 2010-2014 o PIB *per capita* brasileiro melhorou. Os dados da Tabela 5 apresentam um PIB *per capita* de 2014 de R\$ 28.500. Calculamos, também, o PIB *per capita* de 2010, com os dados do IBGE para o PIB e população (censo 2010), R\$ 20.371, observa-se, então, um crescimento nominal de 39,9%. O índice de preços do PIB brasileiro no período 2010-2014 foi de 35,56%, logo se tem um crescimento real do PIB *per capita* de 3,2% e um ganho anual de 0,79%. Entre as regiões, no período 2010-

2014, a Nordeste é que teve o maior crescimento nominal do PIB *per capita*, 45,5%, seguida pela Região Sul, 44,3% e o Centro-Oeste, 41,3%. Na Região Nordeste, evidencia-se o crescimento do Piauí, 65,3%, Maranhão, 59,2% e o Ceará, 51,9%. A menor alta foi de Sergipe, 32,2%.

Dado o crescimento nominal do PIB *per capita* nordestino de 45,5% e do índice de preços do PIB de 35,62%, tem-se um crescimento real do PIB *per capita* nordestino de 7,3%, mais que duas vezes o aumento do PIB *per capita* brasileiro, sinalizando um ritmo de aproximação da Região para a média nacional, caso este

processo continue ao longo dos próximos anos.

Um resultado interessante a ser mostrado é que as regiões Sudeste (R\$ 37.298), Centro-Oeste (R\$ 35.653) e Sul (R\$ 32.687) obtiveram um PIB *per capita* acima da média do País. Cabe observar o crescimento do PIB *per capita* brasileiro em termos reais, comparando 2014 com 2013; ver a última coluna da Tabela. Olhando as regiões, O PIB *per capita* nordestino foi o que mais cresceu, 2,1%. As regiões Norte e Centro-Oeste também cresceram em termos reais, 1,5% e 1,0%. Em contrapartida, as regiões Sudeste e Sul tiveram perdas reais na geração de riqueza por habitante, com relação a 2013, -1,3% e -0,9%, respectivamente. Na região Nordeste, apenas Sergipe teve uma redução real em seu PIB *per capita*, -0,7%. Cabe destacar os estados do Piauí, Alagoas e Ceará, em que suas rendas reais *per capita* subiram, com relação a 2013, acima dos 3,05%.

Segundo o IBGE (2016), nove Unidades da Federação apresentaram o PIB *per capita* acima da média brasileira, que foi de R\$ 28.500: Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Neste conjunto, figuram todos os estados da Região Sul, três da Região Sudeste e três da Região Centro-Oeste. Com o PIB *per capita* de R\$ 69.217, o Distrito Federal figura como o maior nesse índice, que representa 1,6 vezes o do registrado em São Paulo, da ordem de R\$ 42.927, o

segundo maior neste índice.

Muito embora o PIB *per capita* do Nordeste tenha aumentado em termos reais 2,1%, a Região continuado exibindo o menor PIB *per capita*, apresentando o valor de R\$ 14.329, ficando em torno de 50,2% da média nacional no ano de 2014, e 38,4% da região Sudeste.

Os estados de Sergipe, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte possuem valores de PIB *per capita* maiores que a média da Região, sendo Sergipe o estado a apresentar maior índice (R\$ 16.883), e possui a menor população do Nordeste.

Os estados do Maranhão e Piauí são os com o menor PIB *per capita*, R\$ 11.216 e R\$ 11.805, respectivamente. O Piauí apresenta 41,4% do PIB *per capita* brasileiro e o Maranhão 39,4%. Embora o Maranhão tenha obtido o 17º maior PIB Brasileiro em 2014, e o quarto melhor desempenho da Região em termos de crescimento do PIB, o menor PIB *per capita* deste Estado resulta da variável populacional, onde possui a décima maior população brasileira. Em contrapartida, estes dois estados vêm diminuindo suas distâncias para o PIB *per capita* brasileiro, devido ao crescimento da participação deles no Brasil. Este processo está sendo observado em grande parte nos menores estados brasileiros, mesmo que lentamente, e denota um avanço destas economias maior que o crescimento populacional.

Tabela 5 - PIB, População e PIB *per capita*, segundo as grandes Regiões e os Estados do Nordeste (2014)

Regiões/Estados	PIB - R\$ Milhões		Var. Real - PIB - % 2014/2013	População Re- sidente (1.000 habitantes) ¹	PIB <i>per Capita</i> (R\$ 1,00)		
	Preços correntes	Preços do ano anterior			Preços Correntes	Preços do ano anterior	Var. Real (%) - 2014/2013
Brasil	5.778.953	5.358.488	0,5	202.769	28.500	26.427	-0,4
Norte	308.077	301.139	3,0	17.231	17.879	17.477	1,5
Nordeste	805.099	744.941	2,8	56.186	14.329	13.258	2,1
Maranhão	76.842	70.359	3,9	6.851	11.216	10.270	3,0
Piauí	37.723	32.956	5,3	3.195	11.807	10.315	4,9
Ceará	126.054	113.597	4,2	8.843	14.255	12.846	3,4
Rio Grande do Norte	54.023	52.336	1,6	3.409	15.847	15.352	0,6
Paraíba	52.936	47.715	2,9	3.944	13.422	12.098	2,1
Pernambuco	155.143	143.855	1,9	9.278	16.722	15.505	1,1
Alagoas	40.975	39.059	4,8	3.322	12.334	11.758	4,1
Sergipe	37.472	35.494	0,4	2.220	16.879	15.988	-0,7
Bahia	223.930	209.569	2,3	15.126	14.804	13.855	1,7
Sudeste	3.174.691	2.935.194	-0,5	85.116	37.298	34.485	-1,3
Sul	948.454	879.425	-0,1	29.016	32.687	30.308	-0,9
Centro-Oeste	542.632	497.790	2,5	15.220	35.653	32.706	1,0

Fonte: IBGE (2015). Elaboração dos autores.

Nota: (1) População estimada para 1º de julho de 2014, segundo os municípios, enviada ao TCU em 31/10/2014.

4 DESEMPENHO SETORIAL

A Indústria de transformação foi a atividade econômica que mais perdeu participação no valor adicionado total desde 2010 (-3,0% pontos percentuais). As outras atividades que também perderam peso no valor adicionado foram: Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (-0,9%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-0,4%), Informação e comunicação (-0,4%), Construção (-0,1%) e Serviços domésticos (-0,1%).

Em sentido contrário, a maioria das atividades ganhou participação no valor adicionado do Brasil, com destaque para atividades imobiliárias (1,0%), comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (1,0) e Educação e saúde privadas (0,8%).

A atividade de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, importante para todas as Unidades da Federação, vem ganhando participação a cada ano desde 2010. A Construção oscilou ao longo do período e perdeu 0,1%, mas mantendo-se no patamar acima de 6,0% do valor adicionado bruto. A administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa, seguridade social se manteve como a atividade com maior peso no valor adicionado bruto (16,4%), ganhando 0,1%, desde 2010, o que influenciou nos ganhos de participação dos menores estados brasileiros, já que esses têm boa parte de suas economias apoiada nesta atividade.

A agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita ganhou 0,2% de peso no período, influenciada pelo avanço da produção de soja no País, principalmente no Piauí. A pecuária, inclusive apoio à pecuária, apesar de perder 0,2% de participação entre 2010 e 2012, se recuperou em 2014 retornando para o mesmo patamar de 2010. A produção florestal, pesca e aquicultura manteve-se com participação de 0,5% no valor adicionado bruto do período.

Avaliando os segmentos produtivos do Brasil, percebe-se que o Valor Adicionado Bruto da agropecuária cresceu 2,8% em volume, em comparação com ano de 2013, visualizado na Tabela 6, sendo que todas as atividades ligadas à agropecuária cresceram, com maior destaque para a agricultura e à pós-colheita, 3,9%.

Nem todas as regiões do Brasil apresentaram crescimento no Valor Adicionado da agropecuária. As regiões Sudeste e Sul tiveram reduções em suas produções de -4,1 e -1,3%, respectivamente. Em contrapartida, as Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste apresentaram crescimentos razoáveis de 4,1%, 5,9% e 15,2%, respectivamente.

O crescimento expressivo de 15,2% na Região Nordeste, se deve aos estados do Piauí (50,4%), Alagoas (27,6%), Ceará (19,2%) e Bahia (16,1%). O único estado que teve resultado negativo na agropecuária foi Sergipe, em -2,6% na comparação de 2014 com 2013.

A evolução significativa da agropecuária do Piauí em 2014, se deve à agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita, e à produção florestal, pesca e aquicultura,

que cresceram, 74,4% e 14,7%, respectivamente. Em Alagoas, o setor relevante também foi a agropecuária, com crescimentos importantes nas mesmas atividades do Piauí. A agricultura, inclusive apoio a agricultura e à pós-colheita, com alta de 17,6% e à produção florestal, pesca e aquicultura, que apesar de ter uma participação pequena, 9,5%, teve um crescimento surpreendente, 1.238,3%. A grande perda na agropecuária no estado de Sergipe foi na agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita, com redução de 4,3% com relação a 2013. A perda na pecuária foi menor, -0,3%. A agricultura tinha participação na agropecuária do Estado de 73,3% em 2013, e passou para 72,1% em 2014.

A Indústria no Brasil apresentou perda real de -1,5% em 2014, em seu valor adicionado bruto, com relação a 2013, em razão dos resultados negativos das atividades do setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (-1,9%), construção (-2,1%) e indústria de transformação (-4,7%). A única atividade com resultado positivo em 2014 foi a indústria extrativa, que apresentou um crescimento de 9,1%, mas que não conseguiu compensar as perdas reais nas outras atividades.

Ainda sobre a indústria, duas regiões cresceram acima da média brasileira, Norte e Centro-Oeste, com variações positivas de 1,9% e 0,4%, já as Regiões Sul, Sudeste e Nordeste obtiveram perdas reais de -4,6%, -1,3% e -0,8%, respectivamente. Vale ressaltar que as unidades federativas da Região Nordeste tiveram desempenho bastante diversificado no setor em 2014, com o estado do Maranhão crescendo 7,4%, enquanto que Sergipe teve na indústria uma queda de -5,7%.

Tabela 6 - Taxa de Variação do Crescimento do Volume do Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos, por Atividades Econômicas (%)

Regiões/Estados	Setores: Variação % (2014/2013)			Total
	Agropecuário	Industrial	Serviços	
Brasil	2,8	-1,5	1,0	0,5
Centro-Oeste	5,9	0,4	2,2	2,3
Sul	-1,3	-4,6	1,7	-0,2
Sudeste	-4,0	-1,3	0,1	-0,4
Norte	4,1	1,9	2,8	2,7
Nordeste	15,2	-0,8	2,3	2,5
Alagoas	27,6	2,2	1,9	4,6
Bahia	16,1	-3,2	2,2	2,1
Ceará	19,2	0,4	3,7	3,8
Maranhão	9,6	7,4	1,4	3,5
Paraíba	1,2	5,1	1,5	2,1
Pernambuco	8,5	-2,2	2,1	1,4
Piauí	50,4	1,5	1,8	4,8
Rio Grande do Norte	6,9	-2,9	2,1	1,1
Sergipe	-2,6	-5,7	3,2	0,6

Fonte: IBGE (2015). Elaboração: Os autores.

Na Região Nordeste, merecem destaque na indústria, pela grande taxa de crescimento, os Estados do Maranhão (7,4%), Paraíba (5,1%) e Alagoas (2,2%). Os setores com maiores crescimentos no Maranhão foram as indústrias extrativas (35,8%), indústria de transformação (8,1%) e o setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (7,7%), que juntos representam 57,1% da indústria maranhense. O setor de construção, que representa 42,9% do setor, teve perda real de -0,2%. Na Paraíba os setores responsáveis são os mesmos do Maranhão, com maior ênfase no setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (10,9%). A indústria de transformação cresceu 5,4% e o setor de construção, ao inverso do Maranhão, cresceu 2,5% e representava 36,4% do setor industrial. As maiores quedas observadas no setor industrial ocorreram em Sergipe e Bahia. Em Sergipe, em que as indústrias extrativas têm grande importância, representam 32,8% do setor, cresceram 3,8%. Em contrapartida, o setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação caiu -9,4% e a indústria de transformação -20,7%. A indústria da Bahia foi impactada pela redução do desempenho em todas as atividades da indústria, com maior destaque para a indústria de transformação (-4,9%).

O setor de serviços no Nordeste cresceu acima da média nacional, 2,3% para 1,0%. Destaque também para as Regiões Norte (2,8%), Centro-Oeste (2,2%) e Sul (1,7%) que expandiram acima da média brasileira. A região Sudeste cresceu apenas 0,1%.

Os Serviços, no Brasil, cresceram 1,0%, com destaque para a atividade de Informação e comunicação com taxa de 5,3%, seguido pela atividade de “artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços” 4,8%, educação e saúde privadas 2,5%, e alojamento e alimentação 2,2%. Estas atividades representam 11,5% do setor. A Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa, seguridade social, atividade de maior peso do setor serviços (16,4%), cresceu apenas 0,1% e a segunda atividade de maior peso (13,6%), o Comércio (varejista e atacadista) e reparação de veículos automotores e motocicletas, teve variação positiva de 0,6%.

No Nordeste, o comércio foi representado no setor de serviços em 15,0% em 2014, e teve variações positivas em todos os Estados, de forma que os melhores índices foram no Ceará (6,4%), Maranhão (5,2%), Sergipe (4,9%) e Paraíba (4,7%), com taxas superiores à média regional (4,3%). Os estados da Bahia e Pernambuco tiveram índices mais baixos, 3,2% e 3,5%, respectivamente. No total do setor de serviços, merece destaque na região Nordeste, os estados do Ceará e de Sergipe, com crescimentos de 3,7% e 3,2%, respectivamente. No Ceará, as maiores variações ocorreram em informação e comunicação, 9,2%; educação e saúde privadas, 8,2%; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços, 6,9% e alojamento e alimentação, 5,8%. Já em Sergipe, devem-se destacar os crescimentos em atividades financeiras,

de seguros e serviços relacionados, 9,0%; atividades profissionais, científicas e técnicas, 12,0%; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços, 7,1% e comércio (varejista e atacadista) e reparação de veículos automotores e motocicletas, 4,9%.

Examinando sob a ótica da participação dos grandes setores no PIB do Brasil, verifica-se que a agropecuária, no período 2010-2014, ganhou participação na composição do valor adicionado do País, apresentando um aumento de 0,2%, em comparação com o ano de 2010. Este setor passou a contribuir com 5,0 pontos percentuais do PIB do Brasil no ano de 2014, segundo se observa na tabela 7. Cabe salientar que o setor agropecuário brasileiro perdeu 0,3% em participação, de 2013 para 2014. Observando a composição regional do PIB Agropecuário no País, as regiões Sul e Sudeste mantiveram-se com as maiores participações, 28,1% e 23,8%, respectivamente. As duas regiões que perderam participação foram o Sudeste (-3,4%) e o Nordeste (-1,3%). Quem mais ganhou participação foi a região Centro-Oeste (2,7%).

Olhando a média do período 2010-2014, quanto à participação do setor agropecuário no PIB de cada estado do Nordeste, observa-se que este setor é representativo para a formação do PIB dos estados do Maranhão e de Alagoas, 10,9% e 10,7%, de seus valores adicionados, respectivamente, acima da média nacional de 5,0%. Os únicos estados nordestinos em que a participação da agropecuária cresceu no período foram o Piauí e Ceará, com variações de 1,4% e 0,1%, respectivamente. Em todas as demais unidades federativas, ou a agropecuária manteve-se estável (Bahia, 7,9%) ou perdeu participação no PIB dos estados, com a maior redução no Estado de Pernambuco, na margem de 1,4 ponto percentual.

O setor industrial, no período 2010-2014, teve uma participação média de 25,8% no valor adicionado bruto brasileiro. Em 2014, houve queda de participação em torno de 3,6 pontos percentuais em relação a 2010. Observa-se redução contínua ao longo do período. Em 2010, a participação era de 27,8%.

Analisando regionalmente a participação no PIB industrial do País, a Região Sudeste manteve seu lugar de destaque, cuja produção industrial contribuiu com 58,5%, na média do período. Deve-se ressaltar, contudo, que a hegemonia do Sudeste apresentou perda de 0,7% de participação no PIB, no período de 2010 a 2014. A Região Sul é a segunda em participação do PIB industrial figurando uma contribuição média de 17,4% e foi a Região com maior crescimento no período, 0,7%. As regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste participam com índices médios de 11,5%, 6,5% e 6,2%, respectivamente.

Quanto à participação do setor industrial no PIB de cada estado nordestino, observa-se que este setor é mais relevante na composição do valor adicionado dos estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco e Ceará, com uma participação média no período 2010-2014, acima dos 20,0%, mas o estado de Sergipe tem participação média acima da média nacional, 27,9%. Exceto o Maranhão, que aumentou a participação em 1,2% no período 2010-2014, em todas as outras unidades

federativas da Região Nordeste, a contribuição do setor industrial foi reduzida (Tabela 8). Ressalte-se a significativa perda de participação deste setor em alguns estados do Nordeste, em especial para Bahia (6,2%), Alagoas (3,4%) e Sergipe (4,3%), na comparação de 2010 para 2014. Este Estado tinha uma participação de 29,0% no PIB.

Tabela 7 – Setor Agropecuário, participação no Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (%)

Regiões/Estados ²	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil ²	4,8	5,1	4,9	5,3	5,0
Centro-Oeste	16,4	18,1	20,8	19,3	19,1
Sul	27,5	25,6	23,6	29,5	28,1
Sudeste	27,2	27,5	27,4	23,4	23,8
Norte	9,7	10,1	10,7	11,5	11,1
Nordeste	19,3	18,8	17,6	16,4	17,9
Alagoas	12,0	10,6	9,5	10,4	11,1
Bahia	7,9	8,2	8,0	7,3	7,9
Ceará	5,1	6,5	4,7	5,1	5,2
Maranhão	11,0	11,2	10,3	11,4	10,8
Paraíba	4,6	5,4	4,1	4,5	3,9
Pernambuco	4,8	4,4	3,5	3,5	3,3
Piauí	6,0	8,4	7,8	6,4	7,4
Rio Grande do Norte	3,6	3,7	3,2	3,2	3,2
Sergipe	6,4	5,2	5,1	5,7	5,2

Fonte: IBGE (2015). Elaboração: ETENE/CEIS.

Nota: (1) Participação no PIB do setor.

(2) Participação no PIB de cada Estado ou do País.

Tabela 8 - Setor Industrial, participação no Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (%)

Regiões/Estados ²	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil ²	27,4	27,2	26,0	24,9	23,8
Centro-Oeste	6,1	5,9	6,1	6,3	6,5
Sul	17,1	17,1	17,1	17,7	17,8
Sudeste	58,8	58,8	58,8	58,0	58,1
Norte	6,5	7,1	6,3	6,6	6,0
Nordeste	11,6	11,2	11,6	11,4	11,6
Alagoas	19,3	22,8	20,0	17,6	16,0
Bahia	27,1	23,8	22,1	20,5	21,0
Ceará	21,9	21,3	21,2	20,4	19,2
Maranhão	16,7	18,1	19,7	19,0	17,9
Paraíba	18,2	18,7	19,4	17,9	16,7
Pernambuco	21,9	21,6	22,0	21,5	18,6
Piauí	16,3	16,3	15,2	12,3	15,9
Rio Grande do Norte	23,9	24,6	24,9	23,4	21,9
Sergipe	29,0	29,7	30,5	25,6	24,6

Fonte: IBGE (2015). Elaboração: ETENE/CEIS.

Nota: (1) Participação no PIB do setor.

(2) Participação no PIB de cada Estado ou do País.

O setor de serviços, no período 2010-2014,

foi responsável por 69,1% do valor adicionado bruto brasileiro, Entre 2013 e 2014 o setor aumentou sua participação em 1,3%. A exceção de 2011, o setor vem crescendo continuamente, conforme a tabela 9.

Em relação à composição regional do PIB de serviços brasileiro, as regiões Sudeste e Sul continuam a dar maior contribuição, participando na média do período, com respectivos 55,7% e 14,9%. O Nordeste tem percentual muito próximo à Região Sul, 14,6%. A Região cresceu sua participação em 0,5%, no período.

Nas unidades federativas do Nordeste, apenas Sergipe apresenta contribuição inferior à média nacional para a formação dos seus respectivos PIBs (66,6%). Destaque para o Piauí (77,6%), Paraíba (77,3%) e Pernambuco (75,0%).

Tabela 9 - Setor Serviços, participação no Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (%)

Regiões/Estados ²	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil ²	67,8	67,7	69,1	69,9	71,2
Centro-Oeste	10,1	10,0	9,9	9,6	10,0
Sul	14,8	14,7	14,9	15,2	15,1
Sudeste	55,9	56,0	55,8	55,6	55,1
Norte	4,9	4,9	4,9	4,9	4,9
Nordeste	14,4	14,4	14,5	14,6	14,9
Alagoas	68,7	66,6	70,5	72,1	73,0
Bahia	65,0	68,1	69,9	72,2	71,1
Ceará	73,0	72,2	74,1	74,5	75,6
Maranhão	72,2	70,7	70,1	69,7	71,3
Paraíba	77,2	75,9	76,6	77,6	79,4
Pernambuco	73,3	74,0	74,5	75,0	78,1
Piauí	77,7	75,3	76,9	81,3	76,7
Rio Grande do Norte	72,5	71,7	72,0	73,4	74,9
Sergipe	64,7	65,1	64,4	68,8	70,1

Fonte: IBGE (2015). Elaboração: ETENE/CEIS.

Nota: (1) Participação no PIB do setor.

(2) Participação no PIB de cada Estado ou do País.

5 CONCLUSÃO

As contas regionais do Brasil foram revisadas adotando o ano de 2010 como referência (SCN-2010). As alterações do SCN-2010 se basearam no System of National Accounts 2008 (SNA 2008), que introduziu não apenas aperfeiçoamentos em determinados conceitos, mas também alterações que podem ter impacto nos resultados do PIB. Alguns sinais das mudanças entre as duas séries podem ser vistas nas participações dos setores para 2010, em que se observa que o setor de serviços foi o único que ganhou participação: Setor Agropecuário – série anterior, 5,3%, nova série, 4,8%; Setor Industrial – série anterior, 28,1%, nova série, 27,4; Setor Serviços, série anterior, 66,6%, nova série, 67,8%.

A economia brasileira viveu um ciclo de crescimento econômico no período 2010 - 2014, no valor acumulado de 9,2%. Observa-se que no período de 2010 a 2013, o

incremento anual médio foi de 2,96%, abaixo do PIB potencial, mas ainda refletindo uma situação em que os largos superávits das contas externas, que além dos preços das *commodities* também sentiam os efeitos benéficos do humor externo favorável às economias emergentes. A partir de 2013 os preços das *commodities* começaram a desabar no mercado internacional e os termos de troca deixam de ser favoráveis ao País. Associado a isso, políticas expansionistas foram adotadas – indução ao aumento do crédito, redução das taxas de juros e crescimento do gasto público – e tudo isto não arrefeceu o começo do ciclo recessivo a partir de 2014. O pequeno crescimento em 2014 se devem à carga estatística positiva de 2013.

Em 2014, a decomposição dos componentes do PIB pela ótica da renda no Brasil, foi de 43,5% na remuneração do trabalho, 41,6% no excedente operacional bruto (rendimento do capital) e rendimento misto (renda obtida por autônomos e empregadores) e 14,9% em impostos totais. O valor adicionado (VA) representava 86,0% do PIB. Na região Nordeste, a remuneração do trabalho tem um peso maior que nas demais. Este fato é corroborado também pelo peso da administração pública nestas unidades da federação. A Região é a que tem o menor peso do excedente operacional bruto e do rendimento misto no PIB pela ótica da renda em 2014, 40,0%.

O crescimento do PIB nacional, no período 2010-2014, foi corroborado pela expansão econômica em todas as regiões do País – Norte (16,5%), Centro-Oeste (16,3%), Nordeste (13,6%), Sul (10,2%) e Sudeste (7,4%) – destacando os estados de Mato Grosso (26,7%), Tocantins (24,3%), Maranhão (21,9%), Piauí (20,3%) e Mato Grosso do Sul (19,9%), que tiveram as melhores taxas em suas respectivas regiões. Os estados do Nordeste que apresentaram os menores resultados foram Sergipe (7,9%), Bahia (8,9%) e Alagoas (12,3%).

Na Região Nordeste, além do Maranhão e Piauí, merecem destaques os estados da Paraíba (19,7%), Ceará (15,6%) e Pernambuco (13,9%), que cresceram acima do nível do País e da Região, fazendo com que o Nordeste, em sua totalidade, também tenha crescido acima da média nacional, apesar do crescimento abaixo da média nacional da economia baiana, que apresenta grande peso na composição produtiva do Nordeste.

O grau de concentração da economia brasileira é muito alto. Os cinco maiores estados, São Paulo (32,2%), Rio de Janeiro (11,6%), Minas Gerais (8,9%), Paraná (6,0%) e Rio Grande do Sul (6,2%), concentravam 64,9% do PIB nacional em 2014, quase 2/3 da economia do País. Em relação a 2010, em função da queda de participação do Estado de São Paulo, estes estados sofreram, em média, uma redução conjunta de 1,0 ponto percentual de participação. Os estados que perderam participação foram São Paulo 1,2 ponto percentual, Distrito Federal 0,3 ponto percentual, Minas Gerais, Bahia e Amazonas com um 0,1 ponto percentual cada. No caso de São Paulo, o Estado perde participação a cada ano desde 2010, acompanhando a perda de participação da indústria de transformação. Santa Catarina é o sexto maior PIB do País, ultrapassando a Bahia, em 2011, agora em sétimo lugar.

No período 2010-2014 o PIB *per capita* brasileiro melhorou. Os dados do IBGE apresentam um PIB *per capita* de 2014 de R\$ 28.500. O IBGE também divulgou o PIB *per capita* de 2010, R\$ 20.371; observa-se, então, crescimento nominal de 39,9%. O índice de preços do valor adicionado bruto brasileiro no período 2010-2014 foi de 35,6%, logo se tem um crescimento real do PIB *per capita* de 3,2%. O crescimento real do PIB *per capita* nordestino foi bem superior, 7,3%, sinalizando um ritmo de aproximação da Região para a média nacional, caso este processo continue ao longo dos próximos anos.

Apesar do melhor desempenho da economia nordestina em relação à média nacional, no período 2010-2014, a Região Nordeste continua exibindo o menor PIB *per capita*, ficando em torno de 50,2% da média nacional (em 2010 esta relação era 48,3%). Cabe salientar que o foco das ações estratégicas para reduzir as desigualdades entre a Região Nordeste e a média nacional, não deve ser o crescimento do PIB, em termos absolutos, e sim a convergência do PIB *per capita* regional para a média nacional, associado à redução das desigualdades sociais. Observe-se, também, que as desigualdades intrarregionais mantêm-se quase no mesmo patamar, nos seis menores estados da Região Nordeste, dois ganharam apenas 0,1% de participação no PIB nacional (Maranhão e Piauí) e um perdeu 0,1% em sua participação (Sergipe).

A Indústria de transformação foi a atividade econômica que mais perdeu participação no valor adicionado total desde 2010 (-3,0 pontos percentuais). As outras atividades que também perderam peso no valor adicionado foram: Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (-0,9 ponto percentual), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-0,4 ponto percentual), Informação e comunicação (-0,4 ponto percentual), construção (-0,1%) e Serviços domésticos (-0,1).

Em sentido contrário, a maioria das atividades ganhou participação no valor adicionado do Brasil, com destaque para as Atividades imobiliárias (1,0 ponto percentual), Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (1,0 ponto percentual) e Educação e saúde privada (0,8 ponto percentual). A atividade de Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, importante para todas as Unidades da Federação, vem ganhando participação a cada ano desde 2010, ao inverso da indústria de transformação. A Construção oscilou ao longo do período e perdeu 1,0 ponto percentual, mas manteve-se no patamar acima de 6% do valor adicionado bruto total.

A Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita ganhou 0,2 ponto percentual de peso no período, influenciada pelo avanço da produção de soja no País. A Pecuária, inclusive apoio à pecuária, apesar de perder 0,2 ponto percentual de participação entre 2010 e 2012, se recuperou em 2013 retornando para o mesmo patamar de 2010

As regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste apresentaram crescimentos razoáveis no Valor Adicionado da agropecuária em 2014, comparado com o ano anterior,

4,1%, 5,9% e 15,2%, respectivamente. As Regiões Sudeste e Sul tiveram reduções em suas produções de -4,1% e -1,3%, respectivamente.

O crescimento expressivo de 15,2% na Região Nordeste, se deve aos estados do Piauí, 50,4%; Alagoas, 27,6%; Ceará, 19,2% e Bahia, 16,1%. O único estado que teve resultado negativo na agropecuária foi Sergipe, com uma involução de -2,6% na comparação de 2014 com 2013.

A Indústria no Brasil apresentou perda real de -1,5% em 2014, em seu valor adicionado bruto, com relação a 2013, em razão dos resultados negativos das atividades do setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (-1,9%), construção (-2,1%) e indústria de transformação (-4,7%). A única atividade com resultado positivo em 2014 foi a indústria extrativa, que cresceu 9,1%, mas que não conseguiu compensar as perdas reais nas outras atividades.

Ainda sobre a indústria, duas Regiões cresceram acima da média brasileira, Norte e Centro-Oeste, com respectivas variações positivas de 1,9% e 0,4%, já as Regiões Sul, Sudeste e Nordeste obtiveram perdas reais de -4,6%, -1,3% e -0,8%, respectivamente. Vale ressaltar que as unidades federativas da Região Nordeste tiveram desempenho bastante diversificado no setor em 2014, com o estado do Maranhão crescendo 7,4%, enquanto que Sergipe teve uma indústria em queda de -5,7%.

O setor de serviços no Nordeste cresceu acima da média nacional, 2,3% para 1,0%. Destaque também para as Regiões Norte (2,8%), Centro-Oeste (2,2%) e Sul (1,7%) que expandiram acima da média brasileira. A região Sudeste cresceu apenas 0,1%.

No Nordeste, o comércio representava 15,0% no setor de serviços em 2014, e teve variações positivas em todos os estados, de forma que os melhores índices foram nos estados do Ceará (6,4%), Maranhão (5,2%), Sergipe (4,9%) e Paraíba (4,7%), com taxas superiores à média regional (4,3%). Os estados da Bahia e Pernambuco cresceram menos, 3,2% e 3,5%, nesta ordem. No total do setor de serviços, merece destaque na região Nordeste, os estados do Ceará e de Sergipe, com crescimentos de 3,7% e 3,2%, respectivamente. No Ceará, as maiores variações ocorreram em informação e comunicação, 9,2%; educação e saúde privadas, 8,2%; artes, cultura, esporte e recreação

e outras atividades de serviços, 6,9% e alojamento e alimentação, 5,8%. Já em Sergipe, o destaque é para as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, 9,0%; atividades profissionais, científicas e técnicas, 12,0%; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços, 7,1% e comércio (varejista e atacadista) e reparação de veículos automotores e motocicletas, 4,9%.

Quanto ao indicador de produtividade mostrado neste trabalho, todos os estados do Nordeste apresentaram índice abaixo da média do País (1,0). O indicador mais alto alcançado pelos estados do Nordeste é 0,6 (Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe) indicando uma precária geração de riqueza por habitante ou, dito de outra forma, maior incidência do número de habitantes vivendo em condições de pobreza, não observadas nas outras regiões.

A região Nordeste fica em último lugar no indicador de produtividade. Seu nível de produtividade, quer dizer, sua geração de riqueza por habitante é apenas 38,4% da riqueza gerada por habitante da região Sudeste e 50,2% da média nacional. Entre os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, apenas Minas Gerais e Goiás têm o indicador menor que um (0,9), mas, mesmo assim, maior que qualquer estado do Nordeste.

É importante salientar que, dentre os estados com indicador menor que a unidade, o contingente populacional rural ainda é bastante significativo, especialmente nos estados do Nordeste. Nesta região, a participação da população rural, 26,3%, é muito superior à média nacional, 14,9%. Cabe ainda salientar que os estados nordestinos, com menor valor no indicador (0,4), são os que têm a maior participação da população rural. Nos estados do Nordeste, a agricultura familiar é relevante, e trabalha com culturas tradicionais e de subsistência, o que contribui para uma menor geração de renda monetária por habitante.

REFERÊNCIAS

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Regionais do Brasil: 2010-2014**. Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em dez. 2016.